



**UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL - UTIC**  
**DIRECCIÓN INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUACIÓN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUACIÓN EM GESTÃO AMBIENTAL**  
**ALÁDIA FREGOLENTE**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA CHICO MENDES E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EXPANSÃO DA MONOCULTURA.**

**ASSUNÇÃO - PY**  
**2010**

**ALÁDIA FREGOLENTE**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA CHICO MENDES E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EXPANSÃO DA MONOCULTURA.**

Trabalho apresentado a Universidad Tecnológica Internacional, Dirección Internacional de Pós-Graduação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Ambiental sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Benitez Ramirez.

**ASSUNÇÃO – PY  
2010**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

*FREGOLENTE, Aládia. Segurança Alimentar e Nutricional: A segurança alimentar e nutricional dos Agricultores Familiares no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes e os impactos causados pela expansão da monocultura.; Assunção-PY: Universidad Tecnológica Intercontinental, 2010, 106- p. Tese de Mestrado.*

Documento formal, autorizado reprodução desta tese de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Tecnológica Intercontinental e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. A autora reserva para si os outros direitos autorais de publicação.

Nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

## FICHA CATALOGRÁFICA

FREGOLENTE, Aládia

Segurança Alimentar e Nutricional: A segurança alimentar e nutricional dos Agricultores Familiares no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes e os impactos causados pela expansão da monocultura; orientação de Prof. Dr. Ricardo Benitez

Ramirez. – Assunção - PY, 2010.106 p. : il.

Tese de Mestrado (M) – Universidad Tecnológica Intercontinental, 2010.

1. Segurança Alimentar. 2. Agricultura Familiar. 3. Monocultura

## **ALÁDIA FREGOLENTE**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA CHICO MENDES E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EXPANSÃO DA MONOCULTURA.**

**APROVADA POR:**

---

PROF Dr. RICARDO BENÍTEZ RAMIREZ  
(ORIENTADOR)

---

(EXAMINADOR INTERNO)

---

(EXAMINADOR EXTERNO)

ASUNCIÓN -PY \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2010.

## **DEDICATÓRIA**

Ao Benedito, Diego e Bruno, grandes homens da minha vida, pela compreensão, apoio e por acreditarem que essa conquista pudesse deixar de ser sonho para tornar-se hoje realidade.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por estar presente em nossas vidas e nos dar forças para que cada queda seja o combustível para seguir em frente.

A EMATER-RO por acreditar nos seus profissionais, e propiciar o nosso aprendizado.

Ao Prof. Dr. Ricardo Benitez Ramirez pela paciência, pela sobriedade e, sobretudo pelo desafio na orientação de estrangeiros.

Ao Professor Ms Francisco Meza colaborador e entusiasta na formação de profissionais com um olhar voltado as questões ambientais.

Aos Amigos, Extensionistas da EMATER-RO especialmente a todos aqueles que abraçaram com amor profundo à causa das famílias rurais e das comunidades de trabalhadores do campo, em busca da dignidade humana contribuindo para a construção de um mundo melhor.

A minha mãe e meus irmãos, pilares que norteiam a minha vida e que são exemplos de dignidade, ética, respeito e, sobretudo amor incondicional a família.

A Giane minha irmã caçula e co-orientadora, pela sensibilidade no trato das questões sociais e na busca incansável pela valorização das pessoas e pelo respeito a sua trajetória de vida.

Ao meu Filho Diego, pela transformação do resumo em *abstract*.

A todos os homens e mulheres que cultivam os solos, que com os corpos suados e as mãos impregnadas de terra, são responsáveis pela alimentação dos campos e das cidades.

## RESUMO

Proponho-me, neste trabalho, investigar e responder se a expansão da monocultura tem influenciado diretamente a Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores Familiares no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes, visto que a Agricultura Familiar no assentamento sinaliza algumas alterações no uso da terra voltando-se para a exploração da pecuária de leite, impulsionada pelo mercado consumidor que tem influenciado diretamente no aumento do desmatamento de novas áreas para aumentar o rebanho o que tem dificultado o desenvolvimento de forma sustentável. Assim, compreender o aspecto escolhido para essa investigação, significa refletir sobre a importância da agricultura familiar para a construção da segurança alimentar nos seus diversos aspectos bem como as conseqüências implicadas com o avanço da pecuária em áreas próprias para produção de alimentos. Para tanto se utilizou de questionário elaborado, com perguntas-chaves onde cada entrevistado informa os dados pessoais; localização da área do lote; estrutura familiar; forma de utilização e manejo dos recursos naturais renováveis; economia familiar; e aspectos culturais envolvidos. A abordagem pode ser considerada como um estudo descritivo e foi utilizado o estudo de caso onde a população estudada é composta por 241 famílias de agricultores (as) assentados da reforma agrária e a amostragem de 74 famílias correspondente a 30% da população. Efetivamente a agricultura familiar nos Assentamentos de Reforma Agrária não tem cumprido com os propósitos preconizados pela política agrária brasileira, quer seja para a fixação do homem no campo, quer seja para abastecer o mercado interno de produção de alimentos. Como verificado os caminhos percorridos pelos assentados poderá levá-los a um curto espaço de tempo a abandonar suas propriedades, visto que basicamente estão sendo transformadas em áreas de produção de apenas uma cultura inviabilizando a permanência dessas no campo.

**Palavras Chave:** Segurança alimentar e Nutricional, Agricultura familiar e Monocultura.

## **ABSTRACT**

In this work, I propose to investigate and answer the question about how the expansion of monoculture has directly influenced the Food Security of Family Farmers in the Settlement Project for Agrarian Reform Chico Mendes, since the Family Agriculture in the settlement indicates some changes in land use, turning to the exploitation of dairy farming, market-driven consumer who has directly influenced the increase in the deforestation of new areas in order to increase the flock which has hindered the sustainable development. Thus, understanding the aspect chosen for this investigation, which means to reflect on the importance of family farming to build food security in its different aspects and consequences involved with the advancement of livestock in areas for food production. For this, a questionnaire with key questions was drawn up and applied in which each interviewee informs its personal data such as, location of the property, family structure, how to use and management of renewable natural resources, family economics, and cultural aspects involved. The approach can be considered as a descriptive study and we consider the case where the population consisted of 241 families of farmers in agricultural reform and the sample of 74 families representing 30% of the population. Indeed the family farm in the Agrarian Reform has not complied with the purposes recommended by the Brazilian policy for agrarian reform, whether for setting the man on the land, whether to supply the domestic food production. As verified the paths traveled by the settlers could take them in a short time to abandon their properties, since it basically being transformed into areas of production of only one culture inhibits the permanence of such culture on the land.

**Keywords:** Food Security and Nutrition, Family agriculture and monoculture.

## SUMÁRIO

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| Resumo .....   | vi            |
| Abstract.....  | vii           |
| Sumário.....   | viii          |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>15</b>     |
| 1.1 JUSTIFICATIVA .....  | 18            |
| 1.2 Objetivo Geral .....   | 21            |
| 1.2.1 Objetivos Específicos .....  | 21            |
| <b>CAPITULO I .....</b>  | <b>22</b>     |
| <b>A COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA .....</b>   | <b>22</b>     |
| 2.1 O CONTEXTO DA PESQUISA. ....   | 24            |
| 2.1.1 Puxando os fios da História para a preservação das histórias de nossa gente .....  | 24            |
| 2.1.2 Assentamento Chico Mendes, histórias de luta e de amor a Terra. Salve Chico! ..... | 28            |
| <b>CAPITULO II.....</b>  | <b>30</b>     |
| <b>3 A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA .....</b>           | <b>30</b>     |
| <b>CAPITULO III .....</b>  | <b>38</b>     |
| <b>4 AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>  | <b>38</b>     |
| <b>CAPITULO IV.....</b>  | <b>43</b>     |
| <b>5 MONOCULTURA .....</b>   | <b>43</b>     |
| <b>6 VARIÁVEIS.....</b>  | <b>49</b>     |
| 6.1 Definição Conceitual de Segurança Alimentar .....                                    | 49            |
| 6.2 Definição Operacional de Segurança Alimentar .....                                   | 49            |
| 6.3 Definição Conceitual de Monocultura.....   | 50            |
| 6.4 Definição Operacional de Monocultura .....   | 50            |
| <b>7 METODOLOGIA.....</b>  | <b>52</b>     |
| <b>8 RESULTADO E DISCUSSÃO.....</b>  | <b>60</b>     |
| <b>9 CONCLUSÃO.....</b>  | <b>95</b>     |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>98</b>     |
| <b>ANEXO.....</b>  | <b>104</b>    |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| <b>Tabela 1</b> Número de lotes e percentual visitado em cada um dos assentamentos onde foi realizada a pesquisa ..... | 53            |
| <b>Tabela 2</b> Quadro com o perfil dos entrevistados .....  | 61            |
| <b>Tabela 3</b> Valor aplicado para tipo de atividade no ano de 2005.....  | 90            |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| <b>Figura 1</b> Mapa do Estado de Rondônia ..... | 27            |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| <b>Gráfico 01</b> Grau de Escolaridade.....                                      | 62            |
| <b>Gráfico 02</b> Membros da Família.....  | 63            |
| <b>Gráfico 03</b> Área das Propriedades .....                                    | 64            |
| <b>Gráfico 04</b> Área de Pastagens.....   | 68            |
| <b>Gráfico 05</b> Rebanho Bovino .....   | 70            |
| <b>Gráfico 06</b> Área com Culturas.....   | 72            |
| <b>Gráfico 07</b> Reserva Legal .....  | 73            |
| <b>Gráfico 08</b> Produção de Alimentos/Manutenção da Família .....              | 77            |
| <b>Gráfico 09</b> O que a renda da propriedade permite aos assentados .....      | 77            |
| <b>Gráfico 10</b> Formas de cultivo .....  | 79            |
| <b>Gráfico 11</b> Alimentos básicos produzidos.....                              | 80            |
| <b>Gráfico 12</b> Alimentos mais consumidos.....                                 | 81            |
| <b>Gráfico 13</b> Processa Alimentos .....                                       | 81            |
| <b>Gráfico 14</b> Alguém na família já sentiu medo de passar fome.....           | 87            |
| <b>Gráfico 15</b> Na família houve casos de desnutrição .....                    | 88            |
| <b>Gráfico 16</b> Utiliza defensivos agrícolas.....                              | 89            |
| <b>Gráfico 17</b> Respeita o período de carência.....                            | 89            |
| <b>Gráfico 18</b> Acesso ao crédito.....   | 91            |
| <b>Gráfico 19</b> Motivos de não produzir alimentos básicos para a família ..... | 94            |

## ÍNDICE DE SÍLABAS E ABREVIATURAS

### Página

|   |    |
|---|----|
| <b>INCRA/RO</b> – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Estado de Rondônia.....   | 15 |
| <b>IBGE</b> – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....                               | 16 |
| <b>SEMBEAS</b> – Secretaria Municipal de Assistência Social .....                                 | 16 |
| <b>FAO</b> - Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação .....                       | 18 |
| <b>PRONAF</b> - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar .....                 | 19 |
| <b>SAF</b> - Secretaria da Agricultura Familiar .....   | 19 |
| <b>SEMEAR</b> – Programa Estadual de Distribuição de Sementes Seleccionadas. ....                 | 20 |
| <b>PROMECA</b> – Programa Estadual de Mecanização Agrícola. ....                                  | 20 |
| <b>PRO-LEITE</b> – Programa de Melhoria da Qualidade do Leite. ....                               | 20 |
| <b>PRO-PEIXE</b> – Programa Estadual de Desenvolvimento da Piscicultura. ....                     | 20 |
| <b>SEPLAD</b> – Secretaria de Estado do Planejamento. ....  | 23 |
| <b>EMBRAPA</b> – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. ....                                | 23 |
| <b>ZSEE</b> – Zoneamento Sócio-econômico-ecológico. ....  | 23 |
| <b>IDARON</b> – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. ....         | 23 |
| <b>FUNAI</b> – Fundação Nacional do Índio. ....   | 26 |
| <b>IBAMA</b> – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. ....                | 26 |
| <b>SEDAM</b> – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. ....  | 26 |
| <b>MST</b> - Movimento dos Trabalhadores Sem Terras. ....   | 28 |
| <b>ANVISA</b> – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. ....                                    | 30 |
| <b>SAN</b> – Segurança Alimentar e Nutricional. ....  | 32 |
| <b>OMS</b> – Organização Mundial da Saúde. ....   | 32 |
| <b>PIDESC</b> – Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais. ....              | 32 |
| <b>CONSEA</b> – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. ....                      | 35 |
| <b>SISAN</b> - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. ....                        | 36 |
| <b>ESF</b> - Estratégia de Saúde da Família. ....   | 37 |
| <b>PNAE</b> – Programa Nacional de Alimentação Escolar. ....                                      | 37 |
| <b>CONVIVER</b> – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido. ....         | 37 |
| <b>MDA</b> - Ministério do Desenvolvimento Agrário. ....  | 41 |
| <b>ONU</b> - Organização das Nações Unidas. ....  | 43 |
| <b>PA</b> - Projeto de Assentamento. ....   | 50 |
| <b>EMATER-RO</b> – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. .... | 54 |
| <b>EUA</b> – Estados Unidos da América.....   | 73 |
| <b>CNSAN</b> – Conferência Nacional de Segurança Alimentar. ....                                  | 85 |
| <b>PAA</b> – Programa de Aquisição de Alimentos. ....   | 96 |

*“Só após a última árvore ser cortada,  
só após o último rio ser envenenado, só  
após o último peixe ser pescado, só  
então o homem descobrirá que dinheiro  
não pode ser comido”.*

***Profecia Cree, Tribo Indígena Americana.***

## 1 - INTRODUÇÃO

Podemos conceituar Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo com base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. **(Brasil - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Brasília – DF).**

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação e consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde. A expansão da monocultura em relação ao ambiente, os preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural também são provocadores de insegurança alimentar **(Doc. base da III Conf. Nac. Segurança Alimentar e Nutricional 2007).**

Várias causas podem comprometer a segurança alimentar no município de Presidente Médici que é situado na região central do Estado de Rondônia, originando-se de um núcleo agropecuário com a chegada dos primeiros colonos ao local a margem da rodovia BR 364, a partir da década de sessenta.

A localidade ficou conhecida como “Vila Trinta e Três”, por distar a 33 km da então Vila de Rondônia, atual cidade de Ji-Paraná.

A imigração para a localidade ficou mais acentuada a partir de 1970, o que originou conflitos litigiosos com o então proprietário das terras, o Sr. José Milton de Andrade Rios, que acusava os imigrantes de grileiros e invasores de suas terras.

As terras ocupadas pelos colonos situavam-se entre os igarapés Preto e Leitão, que faziam parte da Fazenda Presidente Hermes.

Pelo exposto nos tópicos precedentes o INCRA/RO criou o Setor Leitão que era uma extensão do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto para assentar dentro das normas os produtores que pretendiam obter um lote de terra naquele lugar.

O vilarejo ficou como sede do projeto que surgia, e por um plebiscito entre os moradores foi escolhido o nome de Presidente Médici para o povoado que foi elevado a categoria de distrito do município de Ji-Paraná no dia 30 de janeiro de 1978, pelo decreto-lei n.º 81.272.

Em decorrência de seu desenvolvimento socioeconômico, o Distrito de Presidente Médici foi elevado à categoria de município, por força da Lei nº 6.921, de junho de 1981, assinado pelo então Presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo, mantendo o mesmo nome e com área desmembrada do município de Ji-Paraná, e criada na gestão do Governador Coronel Jorge Teixeira de Oliveira. IBGE 2006

A base econômica do Município é essencialmente agrícola, e embora suas terras sejam férteis a monocultura da pecuária de leite tem sido a principal fonte de renda das propriedades; a sua população constitui-se numa miscigenação de povos vindos de outros Estados da Federação e atualmente não existe uma predominância, pois existem pessoas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e outros, segundo os dados do IBGE/ 2006.

De acordo com a SEMBEAS, 2008 ( Secretaria Municipal de Assistência Social), as famílias vivem em suas propriedades, porém tem deixado de produzir alimentos básicos para a manutenção dessas e o orçamento familiar se dá através da venda da mão de obra, programas sociais e sub empregos na zona urbana do município.

Ainda de acordo com o IBGE/2006 a principal causa promotora de a insegurança alimentar nas famílias do município e a expansão da monocultura, além da escassez de mão de obra familiar em virtude do êxodo rural, é a perda da identidade cultural dessas.

A presente dissertação busca analisar, através de um estudo de caso, se a expansão da monocultura interfere na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores Familiares no Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Chico Mendes no Município de Presidente Médici – Rondônia.

A seleção desse assentamento deu-se pelo fato de estar localizado na região central do Estado, região esta que foi pioneira na colonização de Rondônia e que abriga vários assentamentos de Reforma Agrária, dentre estes o projeto de Assentamento Chico Mendes composto por 241 famílias distribuídas nos Projetos Chico Mendes I, II e III.

Outro fator que influenciou a pesquisa foi o as características fisiológicas dos solos da região, uma vez que estes são de média a de alta fertilidade, propícia para a produção de alimentos.( EMBRAPA-RO 1.982).

Nesse contexto é importante destacar que, apesar de todo potencial econômico e produtivo da agricultura familiar, às dificuldades enfrentadas nos assentamentos de reforma agrária são resultados de políticas inadequadas ocorridas com a transferência de tecnologias onde não foi observado o conhecimento dos grupos beneficiários e de suas tradições.

Da mesma maneira que a desvalorização e a marginalização das práticas culturais e saberes populares, as condições locais, a exploração da força do trabalho humano e dos recursos naturais vem aumentando sobremaneira as vulnerabilidade e as fragilidades sociais que ainda imperam nesse Estado.

Isso significa entender a pobreza não somente como ausência de capacidades e recursos individuais ou sociais ou ausência de estratégias de estímulo ao desenvolvimento econômico e socialmente sustentável, mas, sobretudo, como a falta de provisão e de acesso aos serviços e bens necessários para uma vida digna, menos desigual e com o exercício pleno da cidadania, por isso se fez necessário levantar o perfil e condições de vida das famílias que residem nos assentamentos rurais Chico Mendes I,II e III com situação consolidada.

Cabe destacar que nesse trabalho busca investigar e responder se a expansão da monocultura interfere na segurança alimentar dos agricultores familiares do Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes, e desta pergunta surgem outras como:

1. Os assentados conseguem produzir e/ou comprar alimentos para todos da família?
2. Quais são as formas de produção no Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes;
3. Quais são os alimentos básicos consumidos pelos assentados?
4. Quais são as formas de cultivo utilizados pelos Agricultores familiares no Assentamento de Reforma agrária;
5. Qual (is) o (s) fator (res) que interferem na segurança alimentar das famílias assentadas?

## 1.1 - JUSTIFICATIVA

Por ser um dos países com pior distribuição de renda do mundo, com contrastes entre ricos e pobres, o Brasil ainda tem sérias dificuldades de se contrapor a uma realidade que vem perdurando há séculos: a desigualdade que está intimamente ligada à alta carga tributária imposta aos brasileiros e esta, não estar associada à baixa desigualdade de renda.

O que se pode observar é que o Brasil não tem sido eficaz em utilizar o sistema tributário e de gasto social para reduzir a sua alta desigualdade de renda, ou seja, não esta ocorrendo à transferência de renda das camadas mais ricas para as mais pobres.

Segundo dados do Ministério da Fazenda em 2002 os gastos com aposentadorias e pensões representavam 73% das despesas monetárias realizadas pelo governo, enquanto que para os programas sociais de transferência simples de renda cujo objetivo é garantir a renda mínima das camadas menos favorecidas os gastos representaram apenas 1,5% do total das transferências governamentais.

Sabe-se que essa é uma questão estrutural encarada por muitos com naturalidade, porém, é necessário que a sociedade e o poder público dirijam suas atenções ao combate à pobreza, com investimentos significativos em programas sociais de transferência de renda, fundamental para reverter o modelo de exclusão que perpetua a injustiça social.

Na agricultura está a arte de fazer produzir alimentos e, sua finalidade principal, é alimentar o homem e mais recentemente a agricultura passou a dedicar uma atenção especial entre a relação alimentação e saúde, pois mais de 90% da dieta humana é originária de produtos agrícolas, porém o modelo agrícola convencional permitiu aumentar a produção e a produtividade de alguns cultivos, causando forte agressão ao meio ambiente e comprometendo a sua sustentabilidade, além de priorizar a produção de commodities para atender ao mercado e não as reais necessidades alimentares da população.

Dados apresentados pelo INCRA em 2000 revelam que 85% das propriedades rurais do Brasil pertencem a agricultores familiares. Isso reforça a importância da Agricultura Familiar no Brasil que segundo o FAO é a responsável por 70% dos alimentos básicos que vai a mesa dos brasileiros.

Cabe ressaltar ainda que apesar dos esforços empreendidos através de políticas públicas a Segurança Alimentar e Nutricional no intuito de garantir a oferta e o acesso aos alimentos para a sociedade promovendo a nutrição e a saúde, cerca de 72 milhões de brasileiros, (40% da população) convive com algum grau de insegurança alimentar ou seja tem o seu Direito Humano a Alimentação Adequada violado, com base na Pnad, realizada

pelo IBGE em 2004. Destes 14 milhões, (7,7% da população) vive em situação de insegurança alimentar grave. Isto é, passaram fome ou conviveram, de forma rotineira, com o pesadelo da fome, inclusive suas crianças. A desigualdade étnico-racial ficou mais evidenciada ao ser constatado que 52% da população negra vivem em insegurança alimentar moderada e grave, contra 28% dos brancos.

A política de Segurança Alimentar e Nutricional além de trabalhar sob a concepção abrangente e intersetorial, está orientada por dois princípios: O Direito Humano e a Soberania Alimentar.

Um canal importante para a efetivação dessa política pública é a articulação entre a sociedade civil organizada e o poder público, em seus diferentes setores quer seja saúde, educação, assistência social, meio ambiente, trabalho e renda, como base de sustentação e fortalecimento aos programas e projetos.

Apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana.

Percebemos que medidas mais ágeis e práticas foram tomadas de forma a atender a Agricultura Familiar tais como o Pronaf (- Programa de apoio ao desenvolvimento rural), a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, e que, de 1996 até 2009 o volume total de recursos disponibilizados saltou de cerca de aproximadamente um bilhão de reais para quinze bilhões de reais<sup>1</sup> (portal SAF).

Da mesma forma, o Plano Safra Mais Alimentos da Agricultura Familiar 2008/09, representa mais um avanço das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal para reforçar a atividade de 4.1 milhões de unidades produtoras que respondem como já dissemos por 70% dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros e por 10% do Produto Interno Bruto do País. No entanto, Mattei (2007) adverte que apesar desses avanços os recursos destinados aos agricultores familiares mais pobres<sup>2</sup> não reverteu de forma

---

<sup>1</sup> Valor corrente. Série não deflacionada. Considerando que existem 4 milhões e duzentas mil famílias agricultoras no Brasil, cada uma poderá receber em média, R\$ 3.571,00.

<sup>2</sup> A renda total dos estabelecimentos da Agricultura familiar demonstra que existe uma diversidade de renda no interior dos estabelecimentos. Segundo dados da FAO baseados no censo de 1996 e com valores expressos em reais do ano 2000, quase 70% dos imóveis possuem renda anual de até R\$ 3.000,00, enquanto apenas 0,8% alcançaram rendas anuais de mais de R\$ 27.500,00. O Governo distingue duas categorias de Agricultores são eles os do Grupo A que são agricultores assentados da reforma agrária considerados os mais pobres com renda média anual de R\$ 1.330,00, estes recebem apenas 7% de todo o financiamento, enquanto que os do Grupo AF cuja renda média anual é de R\$ 15.986,00 são beneficiados com 46% dos financiamentos.

significativa a sua condição de vida, pois, os recursos do programa continuam concentrados na região sul do país, que são considerados os agricultores mais bem posicionados no sistema agropecuário familiar brasileiro.

Os dados expostos anteriormente nos revelam que inúmeros programas governamentais têm sido implantados ao longo de vários governos para superar os problemas de insegurança alimentar no Brasil, e no Estado de Rondônia não é diferente. Nos últimos anos, por exemplo, o Governo Estadual fomenta vários programas de apoio ao fortalecimento da Agricultura Familiar, dentre eles o Programa SEMEAR, Programa de Mecanização - PROMEC, PRO-PEIXE – Programa Estadual de Desenvolvimento da Piscicultura e o PRO LEITE - Programa de melhoria e qualidade do leite, cujo objetivo destes é garantir a produção de alimentos básicos aos agricultores familiares, diversificação da produção e a segurança e soberania alimentar.

Entretanto, observa-se que ainda nos deparamos com agricultores em situação de insegurança alimentar, onde algumas das possíveis causas desse fenômeno seja a escassez da mão de obra, a expansão da monocultura e a perda da identidade cultural desses assentados.

Nesse contexto, essa pesquisa poderá fornecer dados importantes para que a comunidade acadêmica possa desenvolver estratégias eficazes para o desenvolvimento sustentável das comunidades viabilizado pela Segurança Alimentar e Nutricional como instrumento capaz de estabelecer inclusão e mudanças sociais na realidade em que vivem as famílias de agricultores familiares, no assentamento Chico Mendes no Município de Presidente Médici, bem como analisar a eficácia dos programas sociais implantados nesse âmbito.

Foi com esse olhar que construímos através de ferramentas participativas o estudo ora apresentado.

Na perspectiva de melhor entendimento apresentamos esse trabalho subdividido em quatro capítulos: no primeiro apresentamos uma síntese da História de Rondônia, e um breve histórico das características básicas do município e do Assentamento Estudado.

O segundo capítulo volta-se para a Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto política pública e suas características, no terceiro capítulo, tratam-se do conceito de agricultura familiar, suas características e identidade cultural, as formas de produção e os alimentos produzidos e consumidos, e o quarto capítulo trás o entendimento da expansão da monocultura em áreas de produção e diversificação de alimentos.

A Segunda parte da dissertação compreende a pesquisa de campo propriamente dita.

Aqui são descritas as formas de produção no assentamento de Reforma Agrária Chico

Mendes, os alimentos básicos consumidos e produzidos na propriedade, os fatores que interferem na segurança alimentar das famílias assentadas,

Por fim serão tecidos comentários sobre os problemas decorrentes de a segurança alimentar e nutricional no Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes e uma análise sobre a eficácia dos programas de desenvolvimento agrícola implantados.

## **1.2 - Objetivo Geral**

Determinar se a monocultura interfere na segurança alimentar dos agricultores familiares do Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes.

### **1.2.1 - Objetivos Específicos**

#### **Identificar:**

1. Se as famílias conseguem produzir e/ou comprar alimentos para todos;
2. Quais são as formas de produção no Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes;
3. Quais são os alimentos básicos consumidos;
4. Quais são as formas de cultivos utilizados pelos Agricultores familiares no Assentamento de Reforma agrária;

## CAPÍTULO I

### 2 - A COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

As políticas públicas da América do Sul e do mundo enfrentam na atualidade o desafio de garantir a preservação e o manejo sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade da Amazônia, bioma que abriga naturalmente a cada 10 mil metros quadrados mais de 100 espécies de árvores, além de epífitas, cipós e inúmeros animais ainda não catalogados.

A floresta tropical se estende por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

No Brasil, para efeitos geopolíticos a região é delimitada como Amazônia Legal, contemplando os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, uma pequena parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, que forma um conjunto de ecossistemas distribuídos em 23 eco-regiões que incluem zonas de transição com biomas vizinhos de cerrado, caatinga e pantanal.

Dentre os problemas enfrentados na região, destacamos: apropriação indevida de terras públicas devolutas, aonde quem chega primeiro geralmente são os madeireiros irregulares; a ocupação de fazendeiros que estão geralmente associados aos madeireiros ilegais ou praticam a queimada da floresta para introduzir as monoculturas sucessivas da agricultura industrial na Amazônia, criando um ciclo – madeireiro-fazendeiro de gado, produtor de soja, crise ambiental e desemprego, pobreza, êxodo e violência; e a biopirataria internacional, que tem se apropriado do patrimônio genético e cultural do povo da floresta.

O saldo dessa ocupação insustentável são os desmatamentos biológicos, culturais e sociais da humanidade e do planeta.

Tal conjuntura vem gerando uma legião de excluídos, fome, miséria, problema social de toda ordem e ambientais irreversíveis, comprometendo as gerações futuras e criando uma estrutura de poder que tem dificultado a efetivação de políticas públicas eficazes para a região.

Em Rondônia não é tão diferente dos demais Estados do Brasil, muito menos dos outros países que compõem a Amazônia junto com o Brasil, a colonização oficial desse, teve início em 1945 quando é criada a Colônia do IATA, localizada a 35 km de Guajará Mirim, e a história de ocupação do Estado está vinculada à criação de projetos de colonização pelo INCRA, a indução de fluxos migratórios, construção da BR-364 e ao estabelecimento de pólos de desenvolvimento.

Segundo a Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração – SEPLAD (2003), o Estado, possui um pouco mais de 110.000 propriedades rurais, das quais 95% abrigam agricultores e agricultoras familiares, o que o torna um estado essencialmente agrícola, sendo considerado uma fronteira para a produção de grãos, embora um terço das pequenas propriedades rurais, ou seja, 35mil são pequenos criadores de gado bovino com um plantel de aproximadamente 3.300 milhões formados por rebanho leiteiro que é a base da agricultura familiar em Rondônia do total de 11 milhões de cabeças. (Idaron 2009)<sup>1</sup>.

Segundo estudos de solos da EMBRAPA (2002), complementados pelo ZSEE- Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico, mais de 80% da área total do estado se presta para atividades agrosilvopastoris.

Embora o mesmo estudo aponte que 15 % dos solos apresentam média fertilidade, demonstrando inclusive limitações de uso em função de processos erosivos e 38% demonstram entraves quanto à fertilidade natural, exigindo correção e fertilização.

Esses estudos, apesar de demonstrarem algumas potencialidades, apontam para uma situação rural delicada, os agricultores e agricultoras vêm acumulando prejuízos com relação aos preços de mercados dos produtos agrícolas, aos custos de produção, e à obtenção de crédito rural.

Ademais, as cinco últimas safras de grãos (arroz, milho e feijão) ficaram prejudicadas em decorrência da irregularidade de chuvas na região, que historicamente se iniciava no mês de setembro, indo até maio do ano seguinte, mas nos últimos anos “o inverno amazônico” vem sofrendo alterações que na prática representam uma redução de meses e até de volume de chuvas.

É interessante ainda destacar que Rondônia, apresenta as belezas características da região Amazônica, o clima e o solo são aptos aos cultivos tropicais, tais como: milho, mandioca e frutas tropicais.

Os rios que eram habitados por grandes variedades de peixes: pacu, tambaqui, surubim, jatuarana, dentre outros vem sofrendo drástica redução devido ao agravamento dos problemas sócio-ambientais decorrentes das práticas agrícolas inadequadas e que comprometem a qualidade de vida das gerações presentes e a capacidade de desenvolvimento das gerações futuras.

---

<sup>1</sup> IDARON- Agencia de defesa sanitária agrosilvopastoril do Estado de Rondônia.

Associa-se a esse quadro de problemas sócio-ambientais a depredação dos recursos hídricos, a perda da cultura tradicional de diversificação de atividades agrícolas, a desagregação organizacional e associativa e a perda da capacidade de planejar e gerir coletivamente os recursos naturais e a biodiversidade.

Apesar de todas as potencialidades da agricultura familiar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores são muitas das quais podemos citar a expansão da pecuária a perda da identidade cultural das famílias e a escassez da mão- de- obra em virtude do êxodo rural.

Em tese todo País tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito humano à alimentação adequada para toda a população, respeitando suas múltiplas características culturais.

Tal perspectiva envolve a construção de objetivos comuns que além da esfera econômica, incluam as dimensões social, cultural, jurídica, agrária, urbana, ambiental, territorial, política de gênero, étnico-racial e religioso orientados pelos princípios da educação popular na definição de projetos de desenvolvimento que afetem direta ou indiretamente a segurança alimentar e nutricional do seu povo.

## **2.1 – O CONTEXTO DA PESQUISA.**

### **2.1.1 Puxando os fios da História para a preservação das histórias de nossa gente.**

O município de Presidente Médici que é situado na região central do Estado de Rondônia, originando-se de um núcleo agropecuário denominado Vila 33. Com o nome de Presidente Médici o povoado foi elevado à categoria de distrito do município de Ji-Paraná no dia 30 de janeiro de 1978, pelo decreto-lei N.º.272.

Em decorrência de seu desenvolvimento socioeconômico, este distrito foi elevado à categoria de município, por força da Lei nº. 6.921, de junho de 1981, assinado pelo então Presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo, mantendo o mesmo nome e com áreas desmembradas do município de Ji-Paraná, e criado na gestão do Governador Coronel Jorge Teixeira de Oliveira. (IBGE 2006)

Atualmente o município de Presidente Médici conta com uma área de 1.693,4 Km<sup>2</sup> e com uma população de aproximadamente 28.490 habitantes sendo, 14.850 do sexo masculino e 13.640 do sexo feminino.

Possui uma densidade populacional de quase 16.83 habitantes por km<sup>2</sup> segundo o IBGE. É administrado pelo Sr. José Ribeiro da Silva Filho eleito para o período de 2009/2012

A área de Presidente Médici está na região geográfica denominada Amazônia, trecho compreendido entre os municípios de Ji-Paraná e Cacoal, na Mesoregião Leste Rondoniense e Microrregião IV, formada pelos municípios de Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Presidente Médici, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Nova União, Teixerópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, localizada, praticamente, no centro do Estado, a 409 km da capital do Estado.

Os limites territoriais do município, definidos pela Lei N.º 604, de 10 de abril de 1995, última data de alteração da sua área são: Ao norte com o município de Ji-Paraná; ao sul com o município de Castanheiras; a leste com o município de Ministro Andreazza e a oeste com os municípios de Ji-Paraná e Alvorada d'Oeste, tendo como distritos, vilas e povoados os seguintes: Estrela de Rondônia, Novo Riachuelo, Boa Esperança, Bandeira Branca, Vila Camargo

O relevo apresenta-se plano em quase sua totalidade, ao norte, encontra-se uma pequena cadeia de morros que transforma o relevo de suave ondulado a muito ondulado.

A topografia é favorável ao escoamento das águas pluviais, boa permeabilidade e, conseqüentemente, boa capacidade de absorção. O acidente geográfico mais importante que se encontra no município é a parte mais baixa da Chapada dos Parecis.

A Bacia Hidrográfica é constituída pelo rio Ji-Paraná ou Machado. Os seus limites naturais passam na foz dos rios Capitão Cardoso, Roosevelt, Igarapé Grande, Muqui ou Ricardo Franco, Seco, Igarapé Grotão, Urupá e Igarapé Bandeira Preta.

O clima é do tipo tropical úmido, apresentando temperaturas máximas até 35°C é média mínima de 19°C, com duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa (setembro a abril) e outra seca (maio a agosto). A estiagem é mais freqüente no período de agosto a setembro.

A precipitação pluviométrica média anual alcança 2.000 a 2.500 mm sendo mais intensa nos meses de dezembro a março.

A característica deste clima quente e úmido propicia grande desenvolvimento vegetativo de culturas agrícolas e da vegetação natural.

A vegetação é do tipo floresta sub-caducifólia amazônica (grande numero de árvores perde completamente as folhas no período mais seco do ano), sendo que nos altiplanos predominam o cerrado e a floresta aberta.

A floresta aberta caracteriza-se por apresentar quatro fisionomias: cipoal (floresta de cipós), cocal (floresta de palmeiras), bambuzal (floresta de bambus) e sororocal (floresta de

sororoça) e o cerrado caracteriza-se por apresentar árvores baixas e tortuosas, casca grossa e rugosa, com folhas grandes e duras.

Predominam os solos do tipo podzólico vermelho-amarelo eutrófico.

A ocupação exploratória inicial desmatou de forma predatória a flora trouxe prejuízos à fauna da região, obrigando os animais nativos, típicos da região amazônica, a buscar refúgio nas proximidades das reservas (Reserva Florestal do Urupá e Reserva Indígena Sete de Setembro) onde a ação do homem, ainda, não os alcança, estando os mesmos protegidos pela FUNAI<sup>2</sup>, IBAMA<sup>3</sup> e SEDAM<sup>4</sup>.

Nas áreas descaracterizadas de forte ação antrópica somente podem ser encontrados espécimes que se adaptaram a nova situação, mas sem a exuberância nativa que os caracteriza.

O reflexo do processo de ocupação agrícola do Estado de Rondônia sobre o ambiente natural foi a substituição de áreas de vegetação nativa, geralmente floresta tropical aberta e densa, por cultivos agrícolas e gramíneas para a produção de grãos e a formação de pastagens, respectivamente, gerando grandes impactos ambientais nas áreas colonizadas.

Mais acentuado, porém localizados, foram os impactos gerados pelo processo de extração mineral em garimpo e em mineração a céu aberto.

Impactos menores, porém significativos em relação à biodiversidade, foi a exploração florestal seletiva, envolvendo apenas algumas espécies florestais de maior interesse econômico, provocando o empobrecimento genético e econômico das florestas nativas.

Não fugindo à regra do restante do Estado, Presidente Médici também sofreu agressão ao meio ambiente.

A extração de madeira foi uma das principais atividades do município que provocou o processo de degradação do meio ambiente de maneira acelerada, principalmente no início de sua colonização.

Na área urbana os problemas com o meio ambiente provêm da falta de saneamento básico, falta de coleta de lixo com caminhão adequado e a falta de drenagem das águas pluviais, que no inverno deixam parte da zona periférica totalmente alagada. A falta do tratamento do lixo doméstico e esgoto representam uma preocupação para toda a população e para as autoridades sanitárias, apesar de não se observar nenhum tipo de poluição sonora ou visual (exceto na época das queimadas).

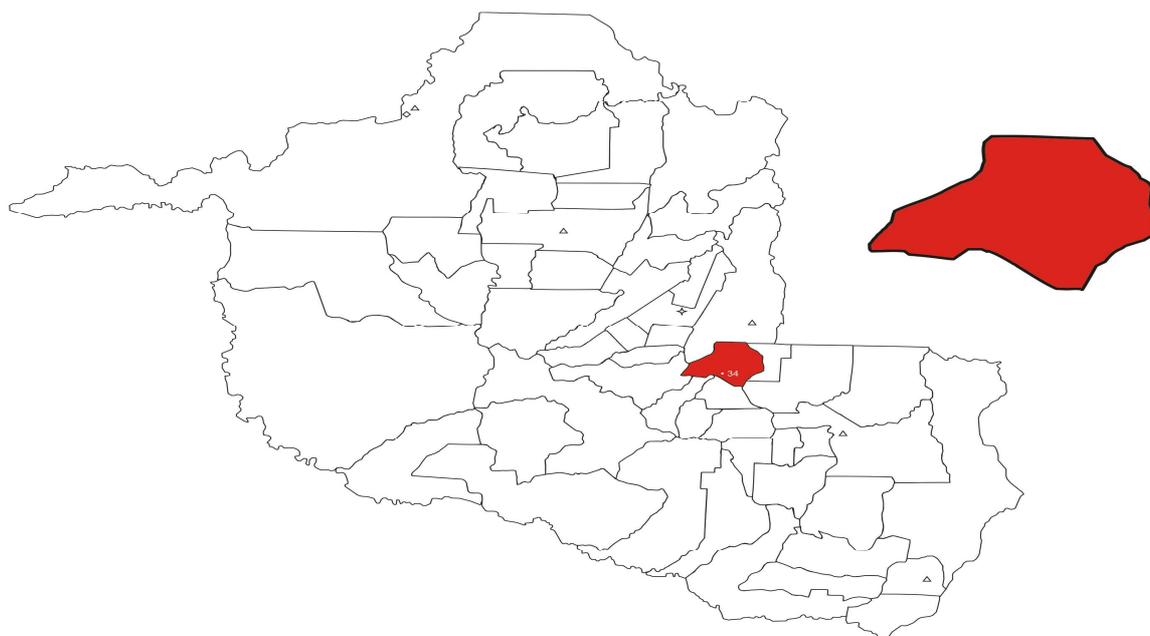
---

<sup>2</sup> FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

<sup>3</sup> IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

<sup>4</sup> SEDAM - Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

**Figura 1: MAPA DE RONDÔNIA COM DESTAQUE O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI.**



### **2.1.2 - Assentamento Chico Mendes, histórias de luta e de amor a Terra. Salve Chico!**

O desenvolvimento do nosso trabalho dar-se-a nos Assentamentos da Reforma Agrária Chico Mendes I, II e III compostos por famílias de pequenos agricultores que trabalham sob regime de economia familiar, oriundos dos mais diversos Estados do Brasil, que vieram em busca de terras para o sustento de suas famílias, haja visto as parcelas de seus pais onde trabalhavam serem de tamanho reduzido, insuficientes para absorver o excedente de mão de obra gerado pela sua prole.

O Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes sempre foi um sonho antigo dos agricultores familiares que deixaram seus estados de origem e para cá se deslocaram fazendo da Região sua nova morada.

A ocupação da área se deu de forma pacífica nos meados de 1997 onde o INCRA inicialmente adquiriu uma área de 2.167,3587 hectares assentando ali 72 famílias com parcelas rurais de aproximadamente 29,0 há destinado três parcelas à área social para a implantação da infra-estrutura social e produtiva de uso coletivo. Este é constituído por três agrovilas I, II e III.

O Projeto de Assentamento Chico Mendes II foi criado na mesma época que o primeiro com 68 unidades agrícolas familiares e duas destinadas às áreas sociais numa área de 1.995,1953 há, ressalta-se que a área dos assentamentos é contínua sendo separada apenas politicamente.

Quanto ao Projeto de Assentamento Chico Mendes III criado em julho de 1999 ocupa uma área de 2.978,1158 hectares (há) dividida em 101 lotes com 29,5 há cada com cinco áreas sociais. O Projeto de Assentamento Chico Mendes III é caracterizado pela divisão em setores, ou seja, em três agrovilas e dois relevos.

A maioria dos chefes de família assentados no Chico Mendes nasceu em diversos estados, tais como, Mato Grosso, Piauí, Sergipe, Rondônia, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo e antes de serem assentados todos já viviam com suas famílias há mais de 10 anos em Rondônia.

Em relação ao trabalho, todos os assentados tinham raízes ligadas ao campo, pois ou são agricultores ou descendentes de agricultores e já conheciam a vida rural.

Cansados de lutar sem resultado algum para melhorar um pouco a situação de suas vidas, todos se engajaram no Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), com o intuito de conseguir uma parcela de terra e assim melhorar as condições de vida sua e de seus familiares.

Para a conquista da terra, todas as famílias, por intermédio do MST tiveram conhecimento de uma fazenda improdutiva chamada Dois Jacys, no Município de Presidente Médici, no qual se reuniram e resolveram de forma pacífica acampar defronte à fazenda e esperar os trâmites legais de sua desapropriação realizada após dois anos.

Inicialmente o projeto de Assentamento foi chamado de Rio Muqui, e posteriormente foi batizado de Chico Mendes em homenagem ao seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro assassinado em 1988 pela sua intensa luta para preservação da Amazônia.

## CAPITULO II

### **3 - A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA**

A questão alimentar está relacionada com os mais diferentes tipos de interesse e essa concepção, na realidade, ainda é palco de grandes disputas. Além disso, o conceito ainda em construção evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade.

Em 1990, a fome e a subnutrição atingiam a dois terços da população brasileira, resultado direto da política agrícola implantado nas duas últimas décadas e do sistema de distribuição de renda.

A inserção da agricultura brasileira no sistema produtivo mundial, a partir de 1960, sinalizou o rumo da modernização, “a chamada Revolução Verde” que se caracterizou pela implantação de monoculturas como o café, soja, laranja, trigo e cana de açúcar, através de dois fatores combinados: a intensificação do uso de máquinas e insumos modernos e o aprofundamento das relações sociais capitalistas de produção.

Esses fatores induziram o aumento da concentração fundiária e a uma forte migração rural-urbana, elevando substancialmente a demanda de alimentos no mercado interno.

A par do aumento dos índices da fome e desnutrição, a modernização da agricultura brasileira provoca mudanças aceleradas que desestabilizam o meio ambiente. A erosão constitui um exemplo do processo de deterioração, perda da fertilidade e degradação de grande parte dos solos.

O processo de institucionalização da agricultura, subsidiada pelo Estado, provocou aumento exponencial da pauperização da população e a dilapidação de parte substancial dos recursos naturais.

Se por um lado estamos diante de um problema de acesso aos alimentos, por outro estamos diante de uma carência na produção de comida para atender as necessidades de todos os brasileiros, quer em quantidade, quer em qualidade.

Em se tratando de qualidade dos alimentos que estão sendo ofertados à população, vale a pena registrar que uma pesquisa realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) mostrou, por exemplo, que 81,2% das amostras de alimentos analisados continham resíduos de agrotóxicos, sendo que 22,17% apresentavam contaminação acima dos

limites máximos permitidos pela legislação. Além disso, a Agência identificou a presença de resíduos de agrotóxicos não autorizados para determinadas culturas.

A expressão segurança alimentar, como conceito orientador para políticas públicas, apareceu em 1974, durante a Conferência Mundial de Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)<sup>1</sup>.

No início da década de 70 a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, a identificar que a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. Ou seja, não era suficiente só produzir alimentos, mas também garantir a regularidade do abastecimento.

O enfoque, nesta época, ainda estava preponderantemente no produto, e não no ser humano, ficando a dimensão do direito humano em segundo plano.

Essa estratégia aumentou a produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou aumento da garantia de acesso aos alimentos. Foi neste contexto que a Revolução Verde foi intensificada, inclusive no Brasil, com um enorme impulso na produção de soja.

Vale ressaltar que, a partir dos anos 80, os ganhos contínuos de produtividade na agricultura continuaram gerando excedentes de produção e aumento de estoques, resultando na queda dos preços dos alimentos. Estes excedentes alimentares passaram a ser colocados no mercado sob a forma de alimentos industrializados, sem que houvesse a eliminação da fome.

Nessa década, reconhece-se que uma das principais causas da insegurança alimentar da população era a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários para a aquisição de alimentos (renda e terra).

Assim, o conceito de segurança alimentar passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos - e de forma permanente - a quantidades suficientes de alimentos.

---

<sup>1</sup> FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, fundada em 1945, trabalha no combate a fome e a pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida saudável. Reforça a agricultura e o desenvolvimento sustentável como uma estratégia em longo prazo para aumentar a produção e a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que preserva e ordena os recursos naturais. A finalidade da FAO é atender as necessidades das gerações presentes e futuras, promovendo um desenvolvimento tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável que não degrade o meio ambiente. Ver [www.fao.org.br](http://www.fao.org.br)

No final da década de 80 e início da década de 90, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitável e também incorporando a idéia de acesso à informação.

Essa visão foi consolidada nas Declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que desde então se agrega definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional.

A partir do início da década de 90, consolida-se um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal de Direitos humanos (1948)<sup>2</sup> no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (1966)<sup>3</sup>.

Um passo especial para isto, foi à realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos<sup>4</sup> realizada em Viena, em 1993, que reafirmou a indivisibilidade dos direitos humanos.

Também a Cúpula Mundial da Alimentação<sup>5</sup> de Roma, 1996, organizada pela FAO, associou definitivamente o papel fundamental do Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. A partir de então, de forma progressiva, a SAN começa a ser entendida como uma possível estratégia para garantir a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada.

---

<sup>2</sup> Declaração Universal de Direitos humanos. ONU, Nova York, 1948.

Ver: <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>

<sup>3</sup> ONU. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. ONU, Nova York, 1966. Ver: [http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist\\_glob\\_trat/texto/texto\\_2.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto_2.html)

<sup>4</sup> Ver Declaração da Conferência Internacional de Direitos humanos: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>

<sup>5</sup> Ver Declaração da Cúpula Mundial da Alimentação, em especial inciso 7b: [http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/FAO/texto/texto\\_2.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/FAO/texto/texto_2.html)

Assim foi proposto, em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação Nutrição e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994 o entendimento de segurança alimentar como sendo

“a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna”.

É importante perceber que esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito mais diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento<sup>6</sup>.

O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura. Além disso, se reconhece que este processo deva se dar em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Essas dimensões são incorporadas por ocasião da II Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda-PE, em março de 2004. Hoje o seguinte conceito é adotado em nosso país: “a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável”.

---

<sup>6</sup> Utilização biológica do alimento: Processo que envolve a série de processos fisiológicos (digestão, absorção, metabolismo, excreção) responsáveis pela transformação dos alimentos em seus nutrientes de forma que estes possam ser usados pelos organismos vivos nas suas diferentes funções fisiológicas, bioquímicas e orgânicas. Esse processo pode ser negativamente afetado pela ocorrência de doenças, entre outros fatores, o que faz com que os alimentos consumidos não sejam adequadamente utilizados pelo corpo humano.

Influenciar políticas públicas, em âmbito municipal, estadual e federal significa ter a capacitação necessária de articular com os poderes legislativo, executivo e judiciário, com o Ministério Público e outros conselhos. A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada exige, em todos os níveis, a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação saudável, a chamada Segurança Alimentar e Nutricional, no contexto da Soberania Alimentar. Para tal é fundamental uma forte articulação com todos os setores relevantes da sociedade organizada com organismos de governo.

A exclusão social da maioria da população e o controle dos meios de comunicação por uma minoria geram não apenas concentração de bens materiais, mas também concentração de bens culturais, tais como a informação.

Dessa forma, milhões de pessoas desconhecem que têm direitos, ou desconhecem os mecanismos e instâncias existentes para exigí-los.

O caminho para avançar na realização da Segurança Alimentar e Nutricional e superar a realidade sistemática de violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada está na capacidade tanto da sociedade civil, como dos titulares de direitos em apoderar-se da informação e dos instrumentos existentes para exigir a realização dos direitos humanos.

O fortalecimento das competências das instituições governamentais e seus agentes públicos, dos membros de conselhos de políticas públicas e direitos humanos e de outros atores tem igual importância para o desenvolvimento de ações necessárias ao cumprimento de suas obrigações e responsabilidades, visando ao respeito, à proteção, à promoção e ao provimento do Direito Humano a Alimentação Adequada.

Pensar em direitos humanos em pleno século XXI, quando a violação da dignidade da pessoa humana ainda é flagrante, significa refletir sobre os seguintes aspectos que se apresentam em nosso cotidiano: Aspectos Éticos, Aspectos Socioeconômicos, Aspectos Culturais, Aspectos Normativos, Aspectos de Relações com o Poder.

Em um país marcado por grandes contrastes e por uma desmedida desigualdade social, de gênero e étnico racial, para que todos e todas tenham condições de colaborar para o processo de transformação dessa realidade, é necessário apropriar-se da linguagem e da abordagem dos direitos humanos.

Esta abordagem é imprescindível na busca por caminhos efetivos para a garantia da dignidade humana.

A promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada está prevista em diversos tratados e documentos internacionais e em vários instrumentos legais vigentes no

Estado Brasileiro tendo sido também incorporada em vários dispositivos e princípios da Constituição Federal, de 1988.

A existência deste marco legal estabelece a promoção da realização do Direito Humano a Alimentação adequada como uma obrigação do Estado Brasileiro e como responsabilidade de todos nós.

Apesar da pobreza, da fome e das demais violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada continuarem a representar um enorme desafio a ser transposto pela sociedade brasileira, o tema da alimentação e nutrição vem sendo objeto de uma intensa reflexão por parte da sociedade civil e do governo brasileiro, ao longo de várias décadas.

Destaca-se a contribuição de Josué de Castro<sup>7</sup> para o debate e a ativa participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, desde sua criação em 1945. Atualmente a FAO conta com 174 países membros, comprometidos a “libertar a humanidade da fome”.

A renovada preocupação do governo brasileiro com a questão alimentar e nutricional está explicitada na priorização de eliminar a fome e a desnutrição e na recriação, em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)<sup>8</sup>.

Este Conselho articula o debate entre o governo e a sociedade civil, e tem como principal atribuição assessorar o Presidente da República na formulação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e na definição de orientações para que o país garanta o Direito Humano à Alimentação Adequada para todos.

Além disso, merece destaque a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346)<sup>9</sup> aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, no dia 15 de setembro de 2006.

---

<sup>7</sup> **Josué de Castro** – “Médico, professor, geógrafo, sociólogo e político, Josué de Castro fez da luta contra a fome e a miséria a sua bandeira. Nasceu em 1908 em Pernambuco, foi autor de inúmeras obras, apresentando idéias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre desenvolvimento sustentável. Josué de Castro foi um estudioso que se aprofundou em entender as causas da miséria em nosso país e no mundo, e afirmava que ambos eram frutos de uma sociedade injusta. Suas idéias o fizeram respeitado no mundo com suas obras traduzidas para mais de 25 idiomas e duas indicações para o prêmio Nobel da Paz. Agora após 30 anos de sua morte, em Paris, o Brasil volta a discutir o problema social da fome, e relembra seus artigos, ensaios, palestras e trabalhos científicos. Ver [www.projetomemoria.art.br/josuedecastro/index.html](http://www.projetomemoria.art.br/josuedecastro/index.html)

<sup>8</sup> CONSEA – Instalado no dia 30 de janeiro de 2003 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área de alimentação e nutrição. Ver:

[www.planalto.gov.br/consea/exec/index/cfm](http://www.planalto.gov.br/consea/exec/index/cfm)

<sup>9</sup> Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Ver: [www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf](http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf)

Esta lei institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional trata em seu Art. 3º: “A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável”.

A política de SAN deve ser regida por valores compatíveis com os direitos humanos e, dentre esses valores, destaca-se o princípio da SOBERANIA ALIMENTAR que implica em cada nação ter o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas alimentares e de produção tradicionais de cada cultura.

Esse princípio relaciona-se com o direito de todos de participar das decisões políticas de seu país, cujos governantes devem agir de forma livre e soberana e de acordo com os direitos fundamentais de seus habitantes.

É por meio da política de Segurança Alimentar e Nutricional, articulada a outros programas e políticas públicas correlatas, que o Estado deve respeitar<sup>10</sup>, proteger<sup>11</sup>, promover<sup>12</sup> e prover<sup>13</sup> o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Este direito, que se constitui obrigação do poder público e responsabilidade da sociedade, aliado a concepção de um estado físico ideal - estado de segurança alimentar e nutricional - aos princípios de direitos humanos tais como dignidade, igualdade, participação, não discriminação, entre outros.

---

<sup>10</sup> **Respeitar:** A obrigação de respeitar os direitos humanos requer que os Estados não tomem quaisquer medidas que resultem no bloqueio à realização desses direitos. O Estado não pode, por meio de leis, políticas públicas ou ações, ferir a realização dos direitos humanos e, quando o fizer, tem que criar mecanismos de reparação. Exemplo: políticas públicas que geram desemprego devem ser associadas a mecanismos que garantam a geração de novos empregos e salário desemprego até a normalização da situação.

<sup>11</sup> **Proteger:** O Estado tem que proteger os habitantes de seu território contra ações de empresas ou indivíduos que violem direitos humanos. Exemplo: ninguém pode impedir o acesso à água de outro indivíduo.

<sup>12</sup> **Promover:** A obrigação de promover/facilitar significa que o Estado deve envolver-se pró ativamente em atividades destinadas a fortalecer o acesso de pessoas a recursos e meios e a sua utilização por elas, para garantia de seus direitos humanos. O Estado tem que promover/facilitar políticas públicas que aumentem a capacidade das famílias de alimentarem a si próprias, por exemplo.

<sup>13</sup> **Prover:** O Estado tem também a obrigação, em situação de emergência e/ou individuais ou familiares que, por condições estruturais ou conjunturais, não se tenha condições de garantir para si mesmo alimentação, moradia adequada, educação, saúde. O Estado tem, por exemplo, a obrigação de garantir a alimentação e a nutrição com dignidade a famílias que passam fome ou estão desnutridas por condições que fogem ao seu controle. O Estado deve também buscar garantir que essas famílias/pessoas recuperem a capacidade de se alimentar, quando forem capazes de fazê-lo.

Portanto, quando se fala em Segurança Alimentar e Nutricional refere-se à forma como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada a todos os cidadãos.

O exercício desse direito permite o alcance, de forma digna, do estado de segurança alimentar e nutricional e da liberdade para exercer outros direitos fundamentais.

No Brasil, algumas iniciativas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional são: a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e programas como Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do semi-árido (CONVIVER), Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, Programa Luz para Todos e vários outros.

Estas iniciativas e programas utilizam recursos públicos pertencente a toda sociedade, que os garante por meio do pagamento de impostos e tributos - para garantir os direitos dos cidadãos.

Assim, é fundamental que todos os técnicos e servidores que atuam em programas governamentais compreendam que esses programas são formas de garantir direitos, e reforcem isso junto à população.

## CAPITULO III

### 4 - AGRICULTURA FAMILIAR

A aprendizagem do homem ao longo de sua existência com a natureza é desenhada com as tintas da mudança, da evolução, na qual a reflexão promove na sociedade os ensinamentos necessários para a construção de outro mundo, pautado na sustentabilidade.

Mas o que é sustentabilidade? Devemos lembrar que sua conceituação tem sido excessivamente pautada pela retórica, embora evidenciem o empenho da sociedade em avançar no significado e na prática.

Para Masera e Ridaura,<sup>1</sup> “es Indispensable partir de uno conjunto de principios básicos sobre el comportamiento de los sistemas, incorporando aspectos ambientales, sociales y económicos”. (1.976 pg. 17)

Acrescentamos a essa abordagem as dimensões: cultural, na perspectiva da inserção do que historicamente os grupos e/ou comunidades tenham construído de significados e valores para expressar identidade e pertencimento; política, focada nas políticas públicas, numa construção que privilegie o envolvimento da sociedade civil organizada, mobilizada com o objetivo de exercitar a democracia, através da participação enquanto poder que legitima a autonomia; e a ética permeando as demais dimensões como princípio básico para o estabelecimento de uma sociedade justa e solidária. Os autores já citados somam à discussão que:

“es imperativo adoptar una perspectiva interdisciplinaria e impulsar una mayor participación por parte de los diferentes sectores involucrados en el manejo de los recursos naturales”. Acrescentam ainda, “que es preciso diseñar marcos conceptuales y herramientas prácticas que permitan transformar los lineamientos teóricos generales en acciones concretas”.<sup>2</sup>

la economía campesina es, en última instancia, una economía de subsistencia, que depende en alto grado de los recursos, ciclos e fenómenos de la naturaleza. En cierto sentido representa la ultima de las “economías naturales” del mundo moderno, un bastión que ha logrado sobrevivir al impetuoso proceso a través del cual la civilización contemporánea (capitalista, tecnocrática, materialista) ha transformado y destruido las formas originarias (no mercantiles) de relación con lo natural.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Masera, Omar e Ridaura, Santiago Lopez, Sustentabilidad y sistemas campesinos. Ed. Mundi-pensa. México D.F. México, 2000. Pg. 2.

<sup>2</sup> Op. Cit., pg. 5.

<sup>3</sup> Shanin, Teodor. Naturaleza y lógica de la economía campesina. Editorial Anagrama, Barcelona, 1976. Pg.17.

Em tal contexto é fundamental compreender as variações que sofrem as unidades de agricultura de base familiar em relação à economia nacional, as relações com outras unidades econômicas e as lutas que se estabelecem com outras classes existentes.

“No obstante, el modelo organizativo de la célula básica campesina, la unidad de explotación agrícola familiar, permanecerá idéntico pues los cambios son referidos siempre a rasgos particulares, adaptándose a las circunstancias de la economía nacional en tanto la unidad económica campesina exista como tal”.<sup>4</sup>

Desde a sociologia a agroecologia tem se dedicado aos estudos camponeses, analisando o processo de transformação imposta pelo modo capitalista de produção e sua reprodução no ocidente.

Más aún, ésta nace como un intento desesperado de impedir el despliegue del capitalismo a través de formas de acción social colectiva (que hoy podían muy bien calificarse como de desarrollo rural participativo), cuyo objetivo es evitar la desorganización social, explotación económica y depredación sociocultural que tal proceso generaba en las comunidades rurales.<sup>5</sup>

As discussões sobre o papel da pequena produção ou produção familiar dentro do desenvolvimento da agricultura brasileira são amplas e tratadas por vários autores. Parte-se do princípio de que as desigualdades das condições econômicas e sociais, típicas do desenvolvimento capitalista em geral e da agricultura geram formas de produção diferenciadas e que os distinguem em diferentes categorias sociais e econômicas.

As características de base material – quantidade e qualidade da terra e dos demais meios de produção, estão integradas de forma distinta a um determinado meio agroecológico e socioeconômico, com o qual estabelecem relações de produção.

Tais características determinam condições objetivas de produção desigual.

Admite-se, portanto que as condições de produção desiguais determinam no espaço e no tempo, campos específicos de atuação e reprodução dos produtores caracterizando diferentes tipos de unidades de produção.

---

<sup>4</sup> Chayanov, Alexander. La Organización de la unida economica campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, 1974, pg 17.

<sup>5</sup> Casado, Gloria Guzmán; Molina, Manoel González de; Eduardo Sevilla. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Ed. Mundi-Prensa, Madrid, 2000.

No atual estágio de desenvolvimento da agropecuária brasileira este processo de diferenciação social e econômica vem se dando no sentido de depurar as relações capitalistas nas grandes empresas agrícolas; fortalecer um importante setor de agricultores familiares capitalizados; e gerar uma massa de pequenos agricultores familiares pauperizados que acabam se marginalizando pela baixa produtividade dos grandes circuitos produtivos. (Sorj & Wilkinson, 1983)

Dentro dessa dinâmica os estudos mais recentes classificam a estrutura agrária brasileira nos seguintes tipos: latifúndio, empresa capitalista, empresa ou unidade familiar, unidade familiar camponesa e unidades neo-camponesas.

Segundo estudo de Alencar & Moura Filho (1988) o latifúndio caracteriza-se por: baixo nível de capital de exploração; possuir sistemas de produção predominantemente extensivos; produzir para o mercado e consumir a produção provinda dos parceiros; desenvolver poucas linhas de produção; possui grandes extensões de terra, equivalente a vários módulos regionais.

A empresa agrícola capitalista são unidades de produção que se caracteriza pelo elevado nível de capital de exploração; desenvolve sistema de produção intensivo, constituído por poucas linhas de produção; pela presença de relações de trabalho tipicamente capitalistas, ou seja, com mão de obra assalariada, possui elevado grau de comercialização e superfícies de terras multimodular.

A empresa ou unidade de produção familiar é caracterizada pelo alto nível de capital de exploração, realiza a produção com base na força de trabalho familiar (não remunerado), produz prioritariamente para o mercado, desenvolve sistemas de produção intensivos, geralmente com poucas linhas de produção e possui superfícies de terras iguais ou superiores ao módulo regional.

A unidade familiar camponesa constitui um tipo de unidade de produção que apresenta as seguintes características: baixo nível de capital de exploração; realiza a produção exclusivamente através da força de trabalho familiar, pelo baixo grau de comercialização, tendo em vista a pequena escala de produção e, normalmente, comercializar somente o excedente do consumo familiar; sistema de produção diversificado, com alta exigência em mão de obra; área de terra inferior ao módulo rural.

A unidade neo-camponesa constitui um tipo de unidade de produção que apesar de ter tecnificado a produção, ou parte dela, e de orientarem as suas ações econômicas segundo o critério de maximização da relação benefício/custo, o fez submetendo-se a esquemas financeiros através de grandes comerciantes, cooperativas ou agroindústrias. Com isto, a

renda líquida gerada nestes estabelecimentos é suficiente apenas para garantir a sobrevivência dos produtores e seus familiares, pois o excedente gerado é transferido ao capital comercial e industrial.

Partindo desses conceitos e amplamente debatidos, e, porque o Brasil vive um momento ímpar na sua história, momento este de consolidação de um governo democrático e que abre caminhos para a participação popular e o controle social sobre as políticas públicas, políticas estas direcionadas particularmente aqueles que sempre ficaram a margem dos processos de desenvolvimento o MDA<sup>6</sup> utiliza como conceito para Agricultura Familiar aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do que e do como produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido, ou seja, são unidades de produção e consumo, mantendo um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado, entendendo como agricultor familiar: agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários do MDA.

No contexto atual, as políticas sociais do governo têm fortalecido e conquistado avanços importantes à promoção do direito humano a alimentação adequada e saudável para milhões de brasileiros, porém, apesar disso, a desigualdade de renda permanece bastante elevada.

O processo de modernização conservadora da agricultura e o padrão de desenvolvimento rural no Brasil constituem forte expressão do modelo dominante do agronegócio empresarial, apesar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas cadeias de produtos de exportação, modelo este que poupa mão de obra e usa intensamente a mecanização, irrigação e insumos industriais como agrotóxicos, sementes transgênicas e rações.

O desenvolvimento da agricultura familiar é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade.

A expansão desordenada da fronteira agrícola, especialmente associada monocultura, é uma das principais causas da insegurança alimentar e nutricional e de violações do Direito Humano a Alimentação Adequada.

---

<sup>6</sup>MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, abril 2008.

A desvalorização do agricultor familiar contribui para o desestímulo dos jovens a permanecerem na atividade, reforçando o êxodo rural.

Observa-se que na atualidade o alimento é valorizado mais como mercadoria fonte de lucro, do que como elemento essencial à vida o que tem provocado impactos negativos nos modos de vida das populações rurais e urbanas e esse fato coloca em risco a biodiversidade e o patrimônio cultural alimentar, provocando a erosão de conhecimentos tradicionais relacionados à alimentação e nutrição.

## CAPITULO IV

### 5 - MONOCULTURA

Segundo Relatório do Programa de Desenvolvimento da Onu (2008), a fome e a subnutrição atingiram a dois terços da população brasileira, resultado direto da política agrícola implantada nas duas últimas décadas e do sistema de distribuição de renda, pois, mesmo com mobilização da sociedade civil no sentido de diminuir os problemas sociais com a implantação de políticas públicas de segurança alimentar, atrelado ao Programa Fome Zero do Governo Federal, ainda há muito o que fazer para que 14 milhões de brasileiros deixem de sofrer com a fome e a desnutrição.

Este mesmo relatório afirma que o Brasil é o 9º país com maior número de pessoas com fome consumindo alimentos e qualidade e quantidades insuficientes.

As atuais políticas sociais de segurança alimentar e de transferência de renda são incompatíveis com o modelo de desenvolvimento privilegiado pelo Governo, focado na monocultura para exportação de grãos e etanol, pois compromete o meio ambiente e a viabilidade da agricultura familiar.

Os estudos de Graziano Neto (1986) relatam que a inserção da agricultura brasileira no sistema produtivo mundial se caracterizou pela implantação de monoculturas como o café, a soja, laranja, trigo e cana-de-açúcar, através de dois fatores combinados: a intensificação do uso de máquinas e insumos modernos e o aprofundamento das relações sociais capitalistas de produção.

Esses fatores induziram o aumento da concentração fundiária e a uma forte migração rural-urbana, elevando substancialmente a demanda de alimentos no mercado interno.

A par do aumento dos índices de fome e desnutrição, a modernização da agricultura brasileira provoca mudanças aceleradas, que desestabilizam o meio ambiente.

A erosão constitui um exemplo do processo de deteriorização, perda da fertilidade e degradação de grande parte dos solos.

O processo de institucionalização da agricultura provocou aumento exponencial da pauperização da população e a dilapidação de parte substancial dos recursos naturais e a Amazônia, nossa maior reserva de biodiversidade do planeta é também região de pressão antrópica e de expansão da fronteira agrícola brasileira.

Nesse contexto essas duas realidades têm causado preocupação com o futuro da região no sentido de programar políticas publicas mais adequada para este importante bioma, sendo

que o estado de Rondônia representa bem esta preocupação, pois se encontra no bioma amazônico e é importante fronteira de colonização na Amazônia.

Para alguns estudiosos a ocupação da Amazônia tem trazido conseqüências ambientais que não compensam algum benefício social como aumento de renda, fixação do homem ao campo entre outros (Fearnside, 1987).

O Estado de Rondônia possui 05 ecossistemas distintos: Mata exuberante; Campo limpo, Campo sujo, Cerrado, Matas de igapós, que faz parte dos leitos maiores dos rios de planícies de inundação de acordo com o Zoneamento Sócio Econômico e Ambiental.

Com a expansão das populações das regiões Centro-Sul, Nordeste e demais regiões do Brasil, nos anos 70, muitas famílias ocuparam, desordenadamente, todas as regiões do Estado, inclusive adentrando até as divisas com a Bolívia.

A demanda por produção de alimentos e a expansão da pecuária, acelerou o processo de eliminação da vegetação nativa sendo ocupada com cultivos rústicos, utilizando mão de obra familiar, inicialmente, para produção de subsistência e futuramente desenvolvendo sobremaneira, o comércio de produtos agrícolas com destaque para milho, arroz e feijão e café.

As diversidades de espécies novas de madeiras nobres, existentes abriram perspectivas comerciais para implantação de grandes beneficiadoras, que promoveram verdadeiras devastações das florestas nativas por mais de 20 anos ininterruptos e a mata virgem, após ser desnudada da madeira nobre, foi derrubada, queimada e a terra ocupada com culturas de café, pastagens e hoje com pequenas áreas em culturas alimentares. As demais formas de ecossistemas, atualmente estão sendo desbravadas com expansão horizontal de pastagens adaptadas, com menor aceleração, porém com os mesmos princípios básicos de ignorância sob o ponto de vista agro-ecológico e sustentabilidade.

Durante o período de exploração, até os nossos dias, existem aspectos positivos e negativos que proporcionaram resultados que farão parte da história do Estado, focando os planos econômico, social, cultural, científico e ambiental.

A busca desordenada pela terra e o equívoco no fomento ao desmatamento na distribuição de terras pelo INCRA-RO, o baixo índice de escolaridade dos ocupantes foi decisivo na construção das condições ambientais que presenciamos, entretanto o ciclo da madeira, a produção de culturas alimentares com destaque para o feijão, produção de carne, leite e café, constituem a base econômica de sustentação dos agricultores familiares que fazem a história do Estado de Rondônia.

O principal vetor do desmatamento em Rondônia é o avanço da pecuária extensiva, esta expansão tem sido impulsionada pelas características sócio-econômicas da região como os preços baixos da terra quando comparadas a outras regiões do país, além de mão-de-obra barata o que torna o empreendimento na região altamente lucrativo (Ribeiro et al., 2005).

O solo e clima favorável à criação de bovinos o ano todo também tem contribuído para o aumento da expansão e para que isso ocorra, o desmatamento e a queima seria o principal componente de abertura de extensas áreas e pelo aumento do desmatamento na região.

Conforme Nepstad et al., (1999) a queimada é freqüentemente usada na Amazônia Legal, e o primeiro passo para a conversão em pastagem é a derrubada de florestas, secagem e queima da vegetação. Raramente pastagens são formadas sem o uso do fogo na região, dado que a deposição de cinzas no solo é o grande benefício desta técnica.

Nos últimos 30 anos a exuberante floresta amazônica tem sido substituída por pastagens, que são formadas através do processo tradicional nessa região, ou seja, é feita após a queima da floresta, em que grande quantidade de nutrientes é acondicionada ao solo através das cinzas aumentando consideravelmente sua fertilidade, elevando o pH e praticamente neutralizando a presença do alumínio responsável pela acidez do solo.

Como Ressalta Scotto 2008, grande parte das áreas que são desmatadas e inicialmente utilizadas com culturas anuais de subsistência por produtores familiares em projetos de colonização termina sendo convertidas em pastagens para a pecuária bovina de leite e de corte.

Segundo o último censo agropecuário de Rondônia, vem ocorrendo um acentuado processo de pecuarização no Estado. Este possui uma área territorial de 23.851.280 hectares, sendo que deste total, aproximadamente 7.000.000 hectares são pastagens<sup>1</sup>.

Atualmente estima-se que nos principais municípios produtores de leite de Rondônia existam em torno de 459.182 mil vacas ordenhadas, sendo a produção média de 920l/ano, considerada baixa em decorrência do baixo nível tecnológico, e as práticas inadequadas de manejo nos sistemas de produção.

---

<sup>1</sup> Relatório de Gestão Programa Estadual de Melhoria da Qualidade e Produtividade do leite – PROLEITE, agosto 2008.

Devido a essas práticas inadequadas o processo de degradação das pastagens avança rapidamente nas pequenas propriedades no Estado de Rondônia, e vários fatores foram identificados por pesquisas desenvolvidas, tais como: a baixa fertilidade dos solos, manejo inadequado das pastagens com alta carga de animal e pastejo contínuo, ausência de adubações de manutenção, uso indiscriminado do fogo, compactação do solo e as altas pressões bióticas (pragas e doenças), o que culmina com a dominância total da área por plantas invasoras mais adaptadas as condições ecológicas prevalentes na região.

De acordo com Vieira (1985), os efeitos do pisoteio animal sobre as características físicas do solo, como aumento da densidade e compactação e a redução da porosidade total e umidade atual promovem alterações nas relações de ar, água e temperatura do solo, afetam negativamente a germinação, emergência, crescimento e produção das plantas.

Considerando o exposto acima, o aumento da expansão da pecuária também tem contribuído para a destruição de matas ciliares principalmente por serem consideradas pelos pecuaristas como áreas preferenciais para a abertura de estradas, construção de barragem, produção de pastagem, além de representarem obstáculos de acesso do gado ao curso d'água.

Ademais, com a degradação destas pastagens por sobre-pastejo só resta ao pequeno produtor vendê-la por preços muito abaixo do mercado, pois o pequeno produtor não possui capital suficiente para a recuperação das áreas degradadas, os grandes fazendeiros na Amazônia também não se preocupam na recuperação destas áreas, pois é mais barato efetuar novas derrubadas de floresta nativa.

Assim, a ocorrência de impactos ambientais como a redução da biodiversidade, provocados por práticas agrícolas inadequadas como a derrubada de matas ciliares, derrubada de áreas destinadas a Reserva Legal, uso irracional do fogo, implantação de monoculturas (pastagem do tipo *Brachiaria*) são fatores preponderantes que comprometem a sustentabilidade dos projetos de assentamentos, além de comprometer os hábitos alimentares e a cultura alimentar que precisa ser preservada.

O processo de modernização da agricultura brasileira desenvolveu-se no sentido de integrar de forma subordinada a agricultura familiar às grandes cadeias agro-alimentares, passando o agricultor a produzir matéria-prima para as indústrias processadoras no padrão exigido ou produzir as “commodities” destinadas a exportação, conforme afirma Caporal, 2007.

A política de implantação deste modelo induziu a monocultura, já que os recursos disponíveis em terra, capital ou trabalho devem ser alocados mais eficazmente nos produtos para o mercado, neste processo, produzir para subsistência passa a significar o deslocamento

destes recursos das atividades responsáveis pelo ingresso monetário anual na unidade de produção e até a ameaça às condições de atender as constantes inovações no processo produtivo aliadas ao aumento necessário da escala de produção.

A especialização numa determinada atividade passa a ser sinônimo de capacitação crescente e a diversificação como uma dispersão de esforços e menor qualificação na atividade principal no tocante a renda da unidade de produção.

No conjunto de conseqüências deste duplo processo de transformação da agricultura e do mundo rural já amplamente debatido, ainda há um aspecto pouco enfatizado que é o impacto na dieta das famílias agricultoras.

A necessidade de custear gastos com a aquisição de alimentos para consumo diário, leva naturalmente a uma simplificação alimentar, onde a dieta do agricultor pouco se diferencia da dieta das populações da periferia dos grandes centros urbanos, precarizadas no acesso a uma alimentação rica pelo fator econômico.

O processo de simplificação da dieta pelo abandono da produção para subsistência gera o que denominamos de erosão cultural alimentar, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente, alicerçada na cultura do agro e adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos.

Este processo de Erosão Cultural Alimentar tem levado a uma situação de não soberania alimentar dos agricultores, pois a família não é mais o destino das atividades agrícolas, muito menos tem poder de decisão de como plantar, pois tudo já está definido dentro do pacote tecnológico e “mercadológico” do qual estão inseridos.

Sendo assim, não são mais capazes de atender as necessidades alimentares de sua família, dependendo de uma renda monetária para garanti-la.

Os agricultores ao negligenciar os cultivos de subsistência, acabam dependendo somente da renda monetária da safra para a garantia da maior parte de sua alimentação, o que diminui drasticamente o poder de investimento na propriedade, já que a renda obtida com os monocultivos, por ser em uma pequena área, é baixa.

Se a alimentação da família fosse basicamente produzida, mesmo o baixo rendimento monetário obtido com os monocultivos resultaria em maior capacidade de investimento.

Outro aspecto fundamental deste processo é a vulnerabilidade dos agricultores diante de situações de quebra de safra ou período de preços baixos para seus produtos, pois se elimina uma das razões da viabilidade da agricultura familiar, a sua competitividade sistêmica (Wilkinson, 1997).

O mais agravante é observar que os agricultores não produzem os alimentos de subsistência somente por falta de mão-de-obra disponível, mas sim pela perda progressiva da cultura da produção voltada ao alimento diário da família. Observa-se que o fenômeno da Globalização, na perspectiva neoliberal, contribui, por um lado, com que as comunidades humanas percam seus referenciais de identidade cultural e, por outro supervalorizam os produtos industrializados. Assim percebemos que há um intenso processo de homogeneização cultural e da cultura de consumo.

Acreditamos que valorizar o alimento mais como mercadoria fonte de lucro do que como elemento essencial à vida provoca impactos negativos sobre os costumes, a soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional das populações urbanas e rurais, e coloca em risco a biodiversidade e o patrimônio cultural alimentar do seu povo.

No nosso entendimento, a agricultura para ser sustentável sob o ponto de vista social requer que seja feito um esforço de todos, no sentido de encarar as desigualdades e a exclusão como enfermidades do ecossistema e que é necessário que busquemos a equidade. Além disso, é fundamental a adoção de metodologias participativas para favorecer a tomada de decisões compatíveis com as realidades locais, tanto nos aspectos produtivos como naqueles que dizem respeito aos destinos do grupo.

Diante desse contexto, e na busca por entender que se faz necessário assegurar o atendimento continuado as necessidades humanas por alimentos para as gerações atuais e futuras, não sendo possível desconectar a dimensão econômica da social, por isso, identificamos as variáveis abaixo, nas quais se abordou as definições conceitual e operacional das mesmas.

## **6 VARIÁVEIS**

### **6.1 Definição Conceitual de Segurança Alimentar**

Podemos conceituar Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo com base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. **(Brasil - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Brasília – DF).**

O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura. Além disso, se reconhece que este processo deva se dar em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Essas dimensões foram incorporadas por ocasião da II Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda-PE, em março de 2004 permanecendo até os dias atuais.

### **6.2 Definição Operacional de Segurança Alimentar:**

Baseia-se na idéia que a Segurança Alimentar é um direito humano básico de todo o Cidadão e submeter qualquer ser humano a uma situação de insegurança alimentar (fome) significa que está sendo violado um direito subjetivo e intransferível do sujeito.

Nesse sentido os indicadores utilizados para medir essa variável foram levantar junto aos assentados quais são os alimentos básicos consumidos pela família, se esses conseguem produzir e/ou comprar alimentos para todos da família, bem como de acordo com o seu entendimento, quais fatores interferem na segurança alimentar dos assentados do PA Chico Mendes.

### **6.3 Definição conceitual de Monocultura**

Segundo Stephen R. Glissman, 2.000 nas últimas décadas, agricultores voltaram-se de forma crescente para o monocultivo – plantando apenas um tipo de cultura em uma área, frequentemente em escala muito extensa.

As monoculturas permitem um uso mais eficiente da maquinaria agrícola para preparo do solo, sementeira, controle de ervas adventícias e colheita, e podem criar economias de escala em relação à compra de sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva.

Em muitas regiões, monoculturas para exportar substituíram os policultivos da agricultura tradicional de subsistência.

As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas.

A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química.

### **6.4 - Definição operacional de Monocultura**

É a prática agrícola de cultivo de uma única cultura ou espécie, sobre uma determinada área por tempo prolongado, substituindo a cobertura vegetal original, geralmente com várias espécies de plantas e por isso é considerada uma prática danosa ao solo.

É um modelo de agricultura insustentável, dada a sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados, e que tem sido responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças sócio-econômicas no meio rural.

Nesse contexto os indicadores de resultados utilizados para medir essa variável foram os abaixo relacionados:

Produz todos os alimentos necessários para a manutenção da família, já deixou de produzir alimentos para aumentar a pastagem e quais os motivos que o fizeram deixar de produzir alimentos básicos para a manutenção da família.

## METODOLOGIA

A história da Agricultura brasileira está marcada pela luta entre dois modelos: de propriedade, produção, agro industrialização, apropriação da natureza e de modelos tecnológicos.

A hegemonia tem sido dos latifúndios, do uso intensivo de insumos, da monocultura voltada para o mercado externo e do controle da indústria sobre a produção primária.

Entretanto a Agricultura familiar tem resistido bravamente ao longo da história do Brasil, esta produzindo em pequenas áreas, com trabalho familiar, produzindo para o mercado local e interno numa combinação entre produção animal e vegetal.

A existência dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, e a sua constituição enquanto categorias de análise são recentes na história da sociedade brasileira, assim sendo Leite (1994), observa a maioria dos estudos apresentados sobre o tema apresenta caráter descritivo-exploratório, cujo objetivo é identificar e registrar as variáveis econômicas que exercem maiores influências no processo produtivo dos assentamentos de reforma agrária.

Assim, compreender o aspecto escolhido para essa investigação, significa refletir sobre a importância da agricultura familiar para a construção da segurança alimentar nos seus diversos aspectos bem como as consequências implicadas com o avanço da pecuária em áreas próprias para produção de alimentos.

Nesse sentido o primeiro passo metodológico constituiu-se na pesquisa bibliográfica com a finalidade de buscar uma compreensão geral do objeto da pesquisa num contexto nacional e local.

Como segundo procedimento buscou-se realizar um levantamento de dados sobre o Assentamento junto as fontes especializadas oficiais, ou seja, INCRA, Prefeitura Municipal e Órgão Oficial de Assistência Técnica, onde reuniu-se informações para a composição das diversas dimensões relacionadas ao objeto em questão.

Essas informações referem-se à caracterização da situação sócio econômica e ambiental em geral e a produção de alimentos nos Assentamentos de Reforma Agrária Chico Mendes I, II e III no município de Presidente Médici.

O terceiro ponto da pesquisa constituiu-se do levantamento das informações de campo, para observação e compreensão da realidade a fim de possibilitar a análise das condições concretas da situação de Segurança Alimentar das famílias assentadas.

Os dados se referem aos três assentamentos rurais, de diferentes anos de implantação, com diferentes números de famílias e áreas totais, criados a partir da luta pela terra

promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Município de presidente Médici, localizado na região central do Estado de Rondônia a 409 km da Capital do Estado, sendo que o acesso ao município se dá por via terrestre, particularmente pela rodovia BR 364, que liga o mesmo à capital, Porto Velho e no sentido sul, com o restante do país.

O entroncamento da BR 364, totalmente asfaltada com a BR 429, que atinge o Vale do Guaporé e nossa fronteira com a Bolívia, ocorre muito próximo à área urbana de Presidente Médici.

O acesso ao assentamento Chico Mendes I, II e III se dá pela BR 429 onde se percorre cerca de 20 km, entrando na 4ª linha, percorre-se mais 9,0 km até a entrada do assentamento.

Para tanto se utilizou de questionário elaborado, com perguntas chaves onde cada entrevistado informa os dados pessoais; localização da área do lote; estrutura familiar; economia familiar; e aspectos culturais envolvidos; formas da produção de alimentos básicos consumidos e produzidos dentre outros.

A abordagem pode ser considerada como um estudo descritivo e foi utilizado o estudo de caso onde a população estudada é composta por 241 famílias de agricultores (as) assentados da reforma agrária oriundos de vários Estados do Brasil, mas que antes de serem assentados já viviam em Rondônia com suas famílias, exercendo atividades agrícolas e/ou pecuária.

A amostragem será constituída de 74 famílias correspondente a 30% da população, de baixo nível sócio econômico, com escolaridade correspondente até o ensino fundamental e diferentes valores culturais contemplando gênero e geração.

No PA Chico Mendes I 22 (30,5% do total), no PA Chico Mendes II 21(30%) e no Chico Mendes III 31 (30,6% do total) descrito na Tabela 1.

**Tabela 1 – Número de lotes e percentual visitado em cada um dos assentamentos onde foi realizada a pesquisa.**

| <b>Assentamento</b> | <b>Total de lotes do assentamento</b> | <b>Lotes Visitados</b> | <b>Porcentagem visitada do total de lotes (%)</b> |
|---------------------|---------------------------------------|------------------------|---|
| Chico Mendes I      | 72                                    | 22                     | 30,5  |
| Chico Mendes II     | 70                                    | 21                     | 30  |
| Chico Mendes III    | 101                                   | 31                     | 30,6  |

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Essa amostragem foi selecionada de forma não probabilística intencional constituída de 30 homens e 44 mulheres na faixa etária de 20 a 50 anos, que nos permitiu obter opiniões e visão diferenciada a respeito das conseqüências que a expansão da monocultura trás para a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares do Assentamento Chico Mendes.

O tamanho da amostra ficou estabelecido em 30% das famílias assentadas nos três assentamentos, com 03 (três) pesquisadores (aluna do mestrado e 02 empregadas da EMATER-RO do Escritório Local de Presidente Médici), que se deslocaram para o Assentamento Chico Mendes para aplicar um questionário através de entrevista semi-estruturada com os agricultores selecionados, e que serão analisados de forma descritiva baseado nas teorias mencionadas.

O questionário buscou responder as seguintes perguntas de investigação:

- 1 - Os assentados conseguem produzir e/ou comprar alimentos para todos da família?
- 2 - Quais são as formas de produção no Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes;
- 3 - Quais são os alimentos básicos consumidos pelos assentados?
- 4 - Quais são as formas de cultivos utilizados pelos Agricultores familiares no Assentamento de Reforma agrária;
- 5 - Qual (is) o (s) fator (res) que interferem na segurança alimentar das famílias assentadas?

Os critérios considerados para a escolha do município e assentamentos que foram estudados basearam-se:

- a) Número de lotes nos assentamentos e que totalizariam 241 famílias;
- b) Questões de facilidade logística, como acesso, trafecabilidade, próximo à cidade onde os pesquisadores residem.

Uma vez cumprido o momento da investigação, buscou-se analisar as informações, estruturando-se a exposição dos resultados que será socializado com a comunidade, validando a informação e a participação comunitária.

Esta investigação servirá apenas para Identificar se expansão da monocultura interfere na segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares do Assentamento da Reforma Agrária Chico Mendes, prejudicando a produção qualificada de alimentos e as condições de vida daquelas pessoas que vivem e que produzem em regime de economia familiar.

A opção pela abordagem teórica trazida por Vigotsky nos auxilia na compreensão do ser humano como um todo; neste sentido a abordagem de caráter qualitativa é indicada para a identificação dos processos culturais, históricos e sociais que estão presentes na constituição do sujeito e nas suas representações sociais.

Portanto, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois, pretende identificar os múltiplos fatores que interferem na segurança alimentar dos agricultores familiares através da representação social que eles têm a respeito da sua identidade cultural e da expansão da monocultura.

Neste estudo tomou-se como base o enfoque teórico da psicologia Histórico-Cultural de Vigotsky, cujas proposições nos remetem à discussão das relações entre pensamento e linguagem e, principalmente, ao processo de construção e internalização de significados por parte dos sujeitos através da mediação cultural diferentes daqueles aprendidos na vida cotidiana. Nesse processo de desenvolvimento se situam as representações sociais que vão mediar à configuração do discurso, comportamento e atitude do sujeito.

A Psicologia Histórico-cultural tem sua gênese na compreensão da categoria atividade, reconhecendo-a como unidade das formas sensorial, prática e teórica, superando a dicotomia entre esses elementos presentes na ciência psicológica de base positivista.

A partir dessa compreensão, afirma-se que é na atividade que se encontra a essência genérica do homem, devendo ela ser compreendida não como mera reação ou conjunto de reações, mas como um sistema estruturado que está em constante transformação e desenvolvimento (Leontiev, 1978a).

Leontiev (1978a) afirma que a atividade humana deve ser entendida como pertencente ao sistema de relações da sociedade, determinada pelas formas e meios de comunicação que são possibilitados pelo processo de desenvolvimento da produção social do homem. Portanto, a atividade não pode existir senão como atividade própria dos homens concretos.

A atividade, então, depende do lugar que o homem ocupa na sociedade, de sua condição de classe, das condições objetivas de vida e das mediações que constituem sua individualidade; instância única e original reconhecida como síntese de múltiplas determinações.

Assumindo essa perspectiva, Leontiev (1978a) afirma que o trabalho precisa ser visto como a base fundamental para o enriquecimento e desenvolvimento do homem, o trabalho como atividade vital, criadora e produtiva.

Os homens, por sua atividade, superam a mera adaptação à natureza e trabalham para modificá-la de acordo com suas necessidades e, ao transformarem a natureza, criam objetos assim como seus meios de produção, transformando-se qualitativamente nesse processo. Leontiev (1978a, p.265) afirma que os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens e, nessa direção, o conhecimento humano avança sem precedentes e são construídas a ciência e a arte.

O sujeito humano, nessa perspectiva, assume posição ativa no seu processo de desenvolvimento, pois deverá aprender, a partir das experiências, conhecimentos e apropriação da cultura das gerações passadas, as características necessárias para se constituir ser humano. Leontiev (1978a, p.267) nos aponta que “[...] as aptidões e caracteres especificamente humanos não se transmitem de modo algum por hereditariedade biológica, mas são adquiridas no decurso da vida, por um processo de apropriação da cultura, criada pelas gerações precedentes”.

Afirma Leontiev (1978a, p.267) que o homem aprende a ser homem, porque “[...] o que a natureza lhe oferece quando nasce não lhe é suficiente para que possa viver em sociedade”.

Enfatiza que, para que o homem tenha condições de humanizar-se, é preciso que sejam criadas condições concretas de apropriação dos bens materiais e simbólicos produzidos pela humanidade enfatizando a construção de uma perspectiva crítica de psicologia que possa contribuir para com a transformação da sociedade, considerando como relevante à ação dos educadores nesse processo avançando para a compreensão do ser humano reconhecido como síntese histórica e social.

Segundo Vigotsky (1996), a dialética é fundamental, pois, em primeiro lugar, explicita a interdependência entre os fenômenos naturais, humanos e sociais, o que implica compreender as complexas relações mantidas pelos sujeitos ao tecerem sua existência social.

Em segundo lugar, a dialética é necessária por mostrar que a fonte de desenvolvimento humano baseia-se na unidade e luta de contrários, ou seja, cada fase na história gera sua fase contrária e esse é o alimento do movimento histórico, movimento esse que precisa ser definitivamente compreendido.

A teoria vigotskiana é instrumental, histórica e cultural (Luria, 1992).

É instrumental, por se referir à natureza mediada das funções psicológicas superiores.

Diferentemente dos animais, que mantém relação direta com a natureza, o processo de hominização surge com o trabalho, que inaugura a mediação com o uso de signos e instrumentos, permitindo a modificação do psiquismo humano e da realidade externa, respectivamente.

Em um movimento dialético, os seres humanos criam novos cenários, que determinam novos atores, novos papéis.

É histórica e cultural por propor a compreensão do ser humano inserido em uma cultura determinada, com suas ferramentas, inventada e aperfeiçoada no curso da história social da humanidade, com as contradições impostas pela dialética.

A psicologia histórico-cultural é uma ciência que se desenvolve em estreita ligação com outras ciências e que tem como objeto de estudo a atividade do homem no plano psicológico e se propõe à tarefa de estabelecer as leis básicas da atividade psicológica, estudar as vias de sua evolução, descobrir os mecanismos que lhe servem de base e descrever as mudanças que ocorrem nessa atividade nos estados patológicos (Luria, 1991, p. 1).

A psicologia deve analisar como o ser humano, ao longo da evolução filo e ontogenética (na evolução enquanto espécie e enquanto ser humano) interpretam e representam à realidade.

A interpretação e a representação da realidade são realizadas pelo cérebro humano.

O cérebro é considerado a base material que o ser humano traz consigo ao nascer e que está em desenvolvimento ao longo da história da espécie e durante toda a vida do ser humano, sendo entendido como um sistema aberto e de grande plasticidade (Oliveira, 1997, p. 24).

O ser humano é estudado na sua unidade e na sua totalidade, é considerado como um ser multideterminado, ou seja, integra, numa mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e ser social, enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico (Oliveira, 1997, p. 23)

É a subjetividade humana que faz a diferença entre o ser humano e o animal, caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções.

Vygotsky (1991) propõe a construção de uma nova psicologia, fundamentada no materialismo histórico e dialético, que não reduz o ser humano, entendendo-o como uma unidade da totalidade.

Materialismo, porque somos o que as condições materiais [...] nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasce da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. (Chauí, M. 1995, p. 414).

O materialismo dialético se refere à realidade, sendo uma disciplina da razão, habilitando à leitura dos conflitos e contradições da sociedade.

A produção de idéias, de representações, da consciência está [...] diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas.

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx e Engels, 1993, p. 36-37).

O referencial histórico-cultural apresenta uma nova maneira de entender a relação entre sujeito e objeto, no processo de construção do conhecimento.

Enquanto no referencial construtivista o conhecimento se dá a partir da ação do sujeito sobre a realidade (sendo o sujeito considerado ativo), para Vigotsky, esse mesmo sujeito não é apenas ativo, mas interativo, porque constitui conhecimentos e se constitui a partir de relações intra e interpessoais.

É na troca com outros sujeitos e consigo próprio que se vão internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a constituição de conhecimentos e da própria consciência.

Trata-se de um processo que caminha do plano social - relações interpessoais – para o plano individual interno – relações intra-pessoais.

Desta forma, o sujeito do conhecimento, para Vigotsky, não é apenas passivo, regulando por forças externas que o vão moldando; não é somente ativo, regulado por forças internas; ele é interativo.

Para Alvez Mazzotti e Gewandsznajder (1999) utilizam-se da caracterização feita por Patton<sup>1</sup> para delinear, de forma geral e suficientemente abrangente, tais pesquisas, definindo como principal característica das pesquisas qualitativas o fato que estas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que o seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

Dessa posição decorrem as três características essenciais aos estudos qualitativos quais sejam: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalista (p. 131).

Tais características, com os respectivos métodos e técnicas correspondentes, implicam não só que o pesquisador é o principal instrumento e agente, como também [...] a necessidade de contato direto e prolongado com o campo, para poder captar os significados dos comportamentos observados.

Delas decorre também a natureza predominante dos dados qualitativos: descrições detalhadas das situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos; trechos ou integras de documentos, correspondências, atas ou relatórios de casos (Patton, in Alvez-Mazzotti e Gewandsznajder, 1999, p. 132).

---

**George Smith Patton, Jr.** (11 de novembro de 1885, San Gabriel, Califórnia, EUA – 21 de dezembro de 1945, Heidelberg, Alemanha) foi o general do 3º Exército dos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial.

Boaventura de Souza Santos fala do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente: “com esta designação quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem que ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (santos, 2000, p.74).

## RESULTADO E DISCUSSÃO

O trabalho ora apresentado é a última parte dessa dissertação de mestrado que se utilizou da base dados da pesquisa denominada “A segurança alimentar e nutricional dos Agricultores Familiares no Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Chico Mendes e os impactos causados pela expansão da monocultura”.

Os dados se referem os três assentamentos rurais, de diferentes anos de implantação, com diferentes números de famílias e áreas totais, criados a partir da luta pela terra promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Município de presidente Médici, localizado na região central do Estado de Rondônia a 409 km da Capital do Estado de Rondônia.

O objetivo principal foi mensurar a Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores Familiares e os impactos causados pela expansão da monocultura das famílias daqueles assentamentos, bem como a relação desta condição com a presença ou não do autoconsumo, aqui entendido como produção de hortas e pomares domésticos bem como a criação de pequenos animais.

Para tanto se utilizou de questionário elaborado, com perguntas chaves onde cada entrevistado informava os dados pessoais, a área do lote; estrutura familiar; forma de economia familiar; e os aspectos culturais envolvidos.

Este após sistematização, indica a condição de segurança alimentar das famílias assentadas e os impactos causados pela expansão da monocultura nesses assentamentos.

Nas 74 famílias entrevistadas foram encontradas as seguintes condições relacionadas ao sistema seu sistema produtivo e o aumento da exploração de pecuária de leite caracterizando-se nesse caso como monocultura:

Nesse primeiro quadro, buscou-se identificar o perfil dos entrevistados e detectou-se que dos 74 participantes, 07 estão numa faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, 50 na faixa de 26 a 50 anos e 17 participantes com idade acima de 50 anos, desse total 44 são do gênero feminino, pois segundo dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem - PNAD revela, para o ano de 1997, que as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representam 20.1% da população economicamente ativa feminina. Desse total, 39% estão classificadas como trabalhadoras não-remuneradas e 41.8% como trabalhadoras na produção para o próprio consumo, ou seja, as mulheres tem papel fundamental na atividade agrícola familiar, muito embora ainda persista de forma subjetiva a divisão sexual do trabalho

**Tabela 2 – Quadro com o perfil dos entrevistados**

| PERFIL DOS ENTREVISTADOS |        |        |          |
|--------------------------|--------|--------|----------|
| IDADE (ANOS)             | NÚMERO | HOMENS | MULHERES |
| <b>18 a 25</b>           | 7      | 1      | 6        |
| <b>26 a 50</b>           | 50     | 19     | 31       |
| <b>50</b>                | 17     | 7      | 10       |

Quanto ao grau de escolaridade das amostras coletadas detectam que: 80% desses possuem o ensino fundamental incompleto e desses 4% são apenas analfabetos funcionais, ou seja, não conseguem interpretar um texto simples (assinam o nome e fazem operações matemáticas simples).

Constatou-se ainda um numero significativo de jovens e adultos não alfabetizados, da mesma forma como se observou o interesse desses em participar de programas de alfabetização.

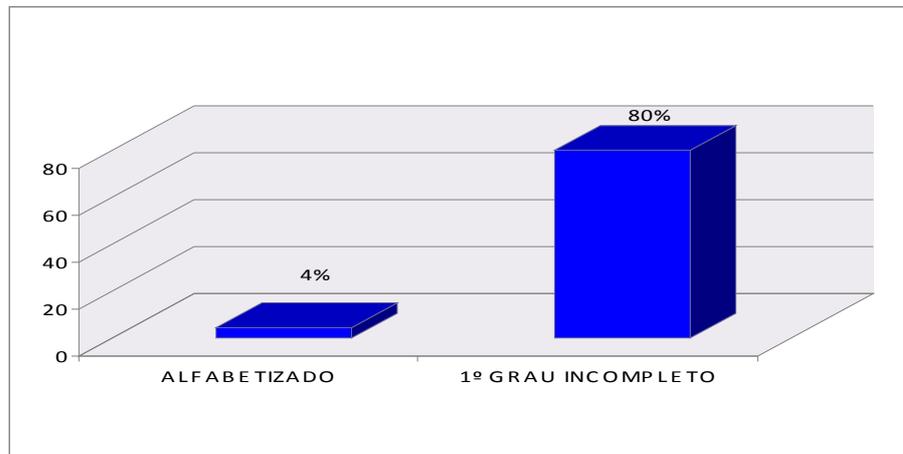
Para iniciar essa reflexão buscou-se a concepção dialética que concebe o ser humano como sujeito, agente do processo histórico, onde o sujeito não é uma entidade isolada ou completa em si mesma; depende do outro.

Paulo Freire, Vygosky nos oferecem fundamentos para a práxis educacional da construção de sujeitos na sociedade.

Para Paulo Freire a educação é a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (2004, p.40).

Neste sentido a educação visa à construção do sujeito histórico, comprometido com as tarefas do seu tempo: participar do projeto de construção de uma nova realidade social.

Numa sociedade de classes a educação tem uma função política: a de criar as condições necessárias à emancipação da classe trabalhadora, implicando no direito de todos participarem efetivamente na condução da sociedade.

**Gráfico 01 – Grau de Escolaridade**

O Gráfico 02 (dois) buscou informações sobre o número de componentes das unidades familiares, e comprovou-se que as famílias da zona rural também estão diminuindo o número de pessoas, onde 23% das propriedades indicam que o número de pessoas na família é de 1 a 2 membros, 66% são compostas de 3 a 5 pessoas e apenas 12% das famílias são formadas por cinco pessoas ou mais.

Essas informações nos trouxeram um dado relevante e que pode ser a causa do baixo número de pessoas que compõem as famílias rurais entrevistadas, que é o êxodo rural dos jovens para a sede dos municípios em virtude da falta de oportunidades para permanecerem trabalhando junto às famílias na produção de alimentos, quer seja pela dificuldade de comercialização dos produtos, quer seja pela pouca infra-estrutura existente no meio rural, como transporte, educação, saúde, comunicação e principalmente o lazer ou pela expansão da monocultura nas propriedades.

A questão posta neste contexto é que, a luta pela terra passa a significar a luta por trabalho, onde “lutar é inserir-se num processo produtivo que já excluiu uns e do quais outros nunca fizeram parte” (Vendramini, 2000, p. 27). Ainda conforme a autora, a conquista da terra alavanca outras necessidades que permite aos assentados a compreensão de que é preciso estar organizado e continuar lutando pelos mecanismos que viabilizam a permanência no campo.

Diante destas emergências, a (re) construção da dimensão humana e da consciência social torna-se imprescindível. O fato de não conformidade leva o ser “humano inacabado” a animar-se em seu movimento de procura, estimulando a constante busca pela formação continuada nos seus mais diferentes contextos.

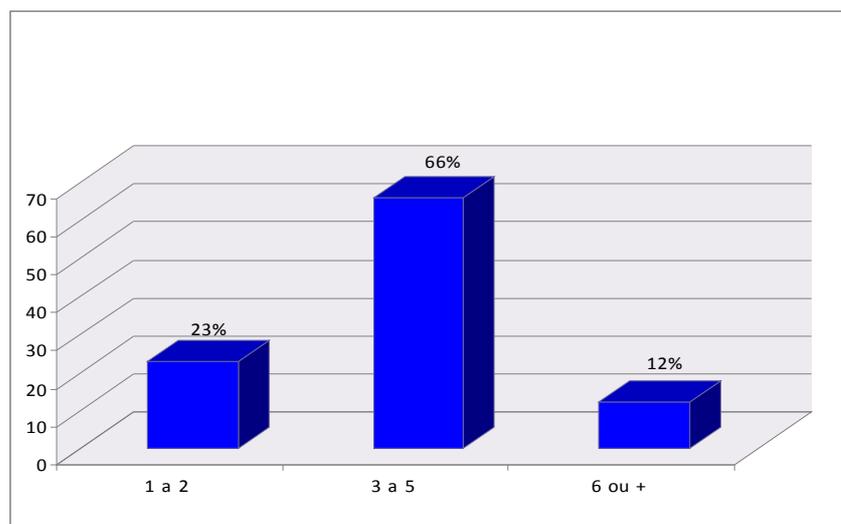
A luta por uma educação do campo precisa ser edificada a partir da compreensão da realidade rural. Atento para esta reflexão percebe-se que nada de endógeno ocorreu na organização do espaço rural brasileiro.

Não é novidade que historicamente as políticas públicas para este setor sempre beneficiaram os grandes proprietários de terra, buscando o favorecimento de poucos em detrimento da penalização da maioria.

Desta forma, faz-se necessário a discussão acerca de novas alternativas para o campo, estas precisam atentar para os educandos, principalmente jovens, para que possam ficar e visualizar perspectivas de transformação do espaço rural, construindo um desenvolvimento pautado na inclusão social e na sustentabilidade econômica e ambiental.

Neste sentido, Alentejano (2003) participa de uma concepção de educação popular quando propõe uma reorganização no meio rural brasileiro que priorize a valorização do ser humano e dos recursos naturais. Para isso, aponta para a criatividade que permitirá uma solução diferente em cada região, respeitando a especificidade de cada lugar, (re) significando o rural como um espaço político, econômico e culturalmente rico, não necessariamente agrícola, que seja espaço de efervescência humana e que possa inverter o êxodo rural promovendo um fluxo migratório inverso, de caráter positivo, possibilitado por uma reforma agrária que estabeleça novas relações sociais no campo, maior descentralização da distribuição de terras e de riqueza.

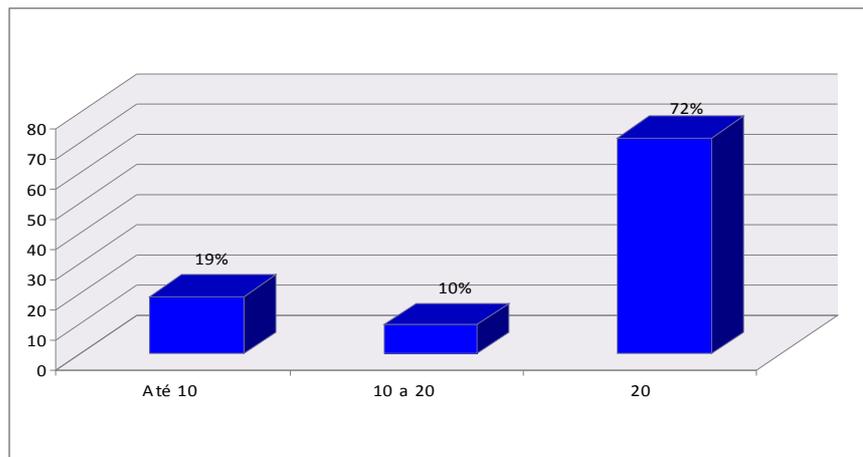
### **Grafico 02 – Membros da Família**



No gráfico seguinte, foi pesquisado o tamanho das propriedades rurais desses agricultores, e confirmou-se que, estas são de base familiar, uma vez que 19% destas possuem áreas de até

10,0 ha., 10% de 10,0 ha. a 20,0 há e 72% propriedade de 21 a 29 há. Características básicas da agricultura de base familiar, segundo MDA/SAF/PRONAF, 2003 que especifica as propriedades de base familiar como sendo: utiliza mão de obra familiar, reside na propriedade ou em seu entorno, com área de até 04 módulos rurais, ou seja, até 240,0 hectares, uma vez que um módulo rural em nossa região corresponde a 60,0 ha.

### Gráfico 03 – Área das Propriedades



A próxima informação está relacionada às áreas de pastagem nas pequenas propriedades do Assentamento Chico Mendes.

Embora o plano preliminar do assentamento registre que 80% da área do assentamento seriam destinadas à reserva legal, isso hoje não é a realidade. De acordo informações colhidas juntos aos assentados quando da distribuição dos lotes a área estava toda recoberta com vegetação nativa, contudo com a ocupação gerou desmatamento, uma necessidade à atividade agrícola e pecuária dos assentados.

Nessa situação, os assentados de acordo com as leis estabelecidas no Código Florestal Brasileiro são obrigados a recompor a Reserva Legal de sua propriedade mediante o plantio da área total necessária a sua complementação, com espécimes nativos, de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

A amostragem pesquisada verificou ainda que o aumento das áreas com pastagens é predominante ante a produção de alimentos, ficando evidenciado ainda que quanto maior a área da propriedade maior é sua área cultivada por pastagens do tipo braquiarião (*Brachiaria Brizanthã*), para a exploração predominante da bovinocultura leiteira, que em sua maioria são animais de baixo padrão genético com produção média de 3 a 4 litros vaca/dia, além da

utilização excessiva de animais por área de pastagem (recomendado para a região 1 UA/há) o que leva a uma degradação acelerada e agressiva aos solos

Diante do exposto constatou-se a ocorrência de impactos ambientais provocados pelas práticas agrícolas inadequadas, uso irracional do fogo e a implantação da monocultura, a exemplo da pastagem tipo *Brachiaria*.

Apesar dos esforços do Governo Federal no sentido de promover uma agricultura sustentável voltado para a perspectiva agroecológica o que se tem observado é que o modelo agrícola convencional centrado no uso abusivo dos recursos naturais e de agroquímicos de síntese tem permitido aumentar a produção e a produtividade de alguns cultivos causando porém forte agressão ao meio ambiente e comprometendo a sua sustentabilidade a longo prazo, contudo ainda os investimentos significativos estão voltados à produção de commodities e responde mais ao mercado do que as reais necessidades alimentares da população.

Refletindo sobre esses dados pode-se afirmar que a monocultura interfere na segurança alimentar dos agricultores familiares do Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes e essa informação nos remete a buscar entender o porquê os Agricultores Familiares agem dessa maneira. Certamente porque o modelo de desenvolvimento imposto à agricultura familiar mostra-se fragilizado diante da realidade excludente e de concentração de renda e terra, além de ter sido responsável pela enorme degradação ambiental.

A comunicação vertical e unilateral impostas são características onde o conhecimento e o referencial do agricultor como sujeito histórico não está sendo levado em consideração.

Assim, para Paulo Freire a concepção de educação deve partir da interpretação da realidade, onde educar é promover a capacidade de ler a realidade e de agir para transformá-la impregnado do sentido da vida cotidiana. Para isso a educação não pode estar alheia ao contexto do educando, nem o conhecimento pode ser construído ignorando o seu saber. O respeito então ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural.

A partir dessa concepção de educação, é possível educadores e educando situarem-se e agir reflexivamente com a cultura no contexto local e geral da sociedade, onde o educador é o provocador no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o educando, por meio do diálogo, trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade, pois é na sua existência concreta que os sujeitos se constroem e reconstroem constantemente, ora afirmando, ora contrapondo-se, mais sempre reconstruindo a si e o contexto em que atua.

Assim, um novo modelo de desenvolvimento deve ser pensado e debatido com a sociedade, que resgate a enorme dívida social que se tem com a população, e que, para ser alcançado depende de uma nova visão política, onde a transparência e a participação popular sejam efetivas e capazes de criar espaços para a construção/reconstrução da cidadania.

Esta é, pois a grande tarefa da extensão rural desde que seja revisto a sua compreensão quanto ao processo educativo, quanto à comunicação e por consequência a metodologia de trabalho desses para que sejam incorporados na sua prática os aportes da Educação libertadora, onde os extensionistas além de disponibilizar aos agricultores as tecnologias apropriadas para a eficientização da produção, é necessário um grande esforço de seus técnicos no sentido da organização dos agricultores e no apoio integral da família de maneira a potencializar suas capacidades criativas e de intervenção na realidade, em busca da solução de seus próprios problemas.

O extensionista deverá passar a entender o público como sujeito da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa do grupo familiar e da comunidade em detrimento ao paternalismo e as soluções prontas.

Segundo Caporal, 2007, o modelo agrícola, centrado no uso abusivo dos recursos naturais e de agroquímicos, permitiu aumentar a produção e a produtividade de alguns cultivos em certas regiões causando porém forte agressão ao ambiente e o comprometimento da sua sustentabilidade em longo prazo. Este modelo prioriza a produção de commodities e responde mais ao mercado do que as reais necessidades alimentares da população.

Caporal ainda afirma que esta situação só poderá ser revertida no momento em que o projeto de desenvolvimento definir o atendimento das demandas alimentares e nutricionais como a principal meta da produção para a agricultura familiar, onde os estilos de agricultura deverão ser compatíveis com a heterogeneidade dos agroecossistemas, levando em conta os conhecimentos locais, os avanços científicos e a socialização dos saberes, além do uso de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente e a saúde das pessoas.

Nesse contexto se pode trazer como referência um novo estilo de agricultura sustentável entendida como o resultado de um processo de aprendizagem que implica na necessidade de entender a importância das relações sociais e dos compromissos individuais e coletivos que determinam a forma como os homens intervêm na natureza, assim como os processos que adotam para a transformação da natureza em bens de consumo, e qual o significado desses bens para a sociedade. Portanto não se pode falar em agricultura

sustentável desde uma perspectiva de pacotes tecnológicos, senão que de uma procura persistente e destinada a melhorar as relações do homem entre si e a natureza.

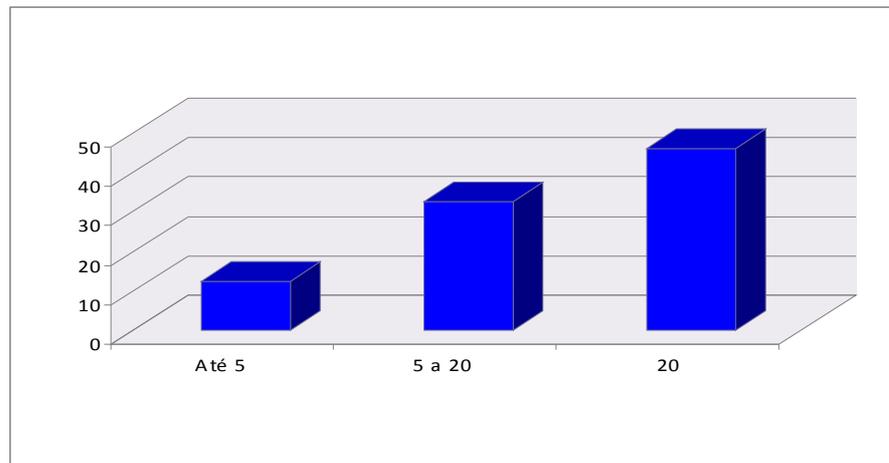
Não é o que acontece no Assentamento Chico Mendes, pois como mostra o gráfico atualmente o que predomina nas pequenas propriedades é a monocultura das pastagens interferindo diretamente na Segurança Alimentar dos Assentados.

Assim, é imperativo que as políticas públicas voltadas para esse segmento considerem a construção de práticas agrícolas alternativas, considerando que a agricultura sustentável tem um caráter localmente definido e que a extensão rural trabalhe de forma conjunta com os agricultores fazendo uso dos conhecimentos disponíveis entre eles e, mais do que transferir tecnologias, ajude os agricultores nos processos de aprendizagem, pois segundo Freire somente através da leitura do mundo se constrói um processo de aprendizagem sobre o mundo e essa perspectiva libertadora exige a dialogicidade, portanto a leitura de mundo coletiva.

É a partir dela, do conhecimento do nível de percepção dos educandos, de sua visão de mundo, que Paulo Freire considera possível organizar um conteúdo libertador, desafiando os educandos a penetrarem em níveis cada vez mais profundos e abrangentes do saber. Nisso se constitui uma das principais funções do diálogo entre o educador que busca a temática significativa dos educando, procurando conhecer o nível de percepção deles em relação ao mundo vivido.

Portanto a localidade do educando é dessa forma o ponto de partida para a construção do conhecimento do mundo. Assim a realidade imediata vai sendo inserida em totalidades abrangentes, revelando ao educando a realidade local e existencial em diversas perspectivas, sejam elas, social, política, econômica que se interpenetram na busca pela construção de um movimento solidário e dialógico que permita a esses agricultores entender a sua realidade local e dessa forma se comprometam com as ações necessárias à construção de um mundo novo, com justiça social e sustentabilidade.

**Gráfico 04 - Área de Pastagem**



A expressão Segurança Alimentar, como conceito orientador para as Políticas Públicas afirma que se trata de assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa a todos os cidadãos.

A partir desse conceito fica reafirmado a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos ( e não apenas commodities), com adequada qualidade biológica e que esta seja mais respeitosa para com o meio ambiente, de modo a assegurar a conservação dos recursos naturais indispensáveis para a produção ao longo do tempo.

Se por um lado estamos diante de um problema de acesso aos alimentos, por outro estamos diante da carência na produção de comida para atender as necessidades de todos em quantidade e qualidade.

O gráfico abaixo mostra essa realidade, pois nessa pesquisa constatou-se que embora as propriedades sejam em sua maioria de até 29 há, é visível o aumento das áreas com pastagens sobrepondo as de produção de alimentos, bem como um aumento expressivo no número de cabeças de rebanho bovino.

Nepstad et al., (1999) afirma que a queimada é o primeiro passo para a conversão em pastagem fruto da derrubada da floresta. E após a degradação destas, fruto da exploração predatória só resta ao pequeno produtor vendê-la a preços irrisórios, pois não consegue mais permanecer na terra degradada sem produzir alimentos e sem capital para as devidas correções.

O rebanho é predominantemente com aptidão de carne e leite. As técnicas de manejo são rudimentares e praticamente não existem capineiras ou divisão racional de pastagens, logo os índices zootécnicos são baixos.

O sistema de criação de suínos baseia-se na criação rústica, ou seja, animais criados soltos no terreiro ou confinados em pequenas e rudimentares instalações.

A alimentação é caracterizada pelo uso da mandioca, abóbora, capim e milho, este em pequena quantidade.

A criação de aves é predominantemente de galinhas caipiras. O sistema de criação é extensivo e soltas no terreno, recebendo milho eventualmente, principalmente na época da safra.

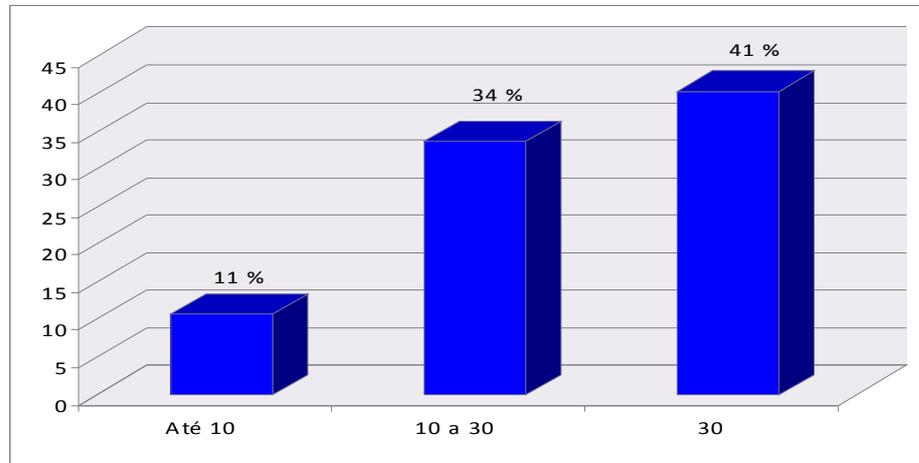
A criação de pequenos animais e o cultivo de pomares e hortas caseiras, além da produção de arroz, feijão, milho, mandioca e leite no meio rural, podem contribuir para diminuir ou minimizar a insegurança alimentar, porém não é raro verificar que este tipo de produção é colocado à margem da “cultura principal” da propriedade, em muitos casos no Assentamento Chico Mendes, sendo dizimados em nome dessa cultura aqui denominada aumento das pastagens, ou ainda, ser tratados como “trabalho feminino”, pois a invisibilidade do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho há muito foram internalizadas na cultura latina inferiorizando esse tipo de trabalho na unidade de produção familiar.

A família, compreendida a partir da representação do “chefe”, logo, pelo homem, desconsidera ou não reconhece o papel desempenhado pelas mulheres na realização dos serviços na unidade de produção.

Entretanto vários autores defendem as práticas de autoconsumo, procurando mostrar suas vantagens e desvantagens, por exemplo, Garcia (1994:90) destaca que:

*“..as práticas de autoconsumo não aparecem associadas às unidades mais pobres, e a melhoria de padrão de vida não implica necessariamente em queda do autoconsumo. É a venda da força de trabalho em maior escala que está associada claramente aos maiores níveis de pobreza: é lícito concluir que quanto maior a possibilidade de se praticar o autoconsumo ainda maior será a tendência para ofertar trabalho a preços vis; quanto mais recursos monetários e alimentares dispuser o grupo doméstico, maior será sua capacidade de administrar épocas e condições do trabalho assalariado.”*

### Gráfico 05 – Rebanho Bovino



No que tange a produção de Alimentos sobre o fator quantidade, o padrão agrícola dominante no país tem deixado a desejar assim como é visível essa predominância pela monocultura da pecuarização no Assentamento Chico Mendes em detrimento as culturas de subsistência.

Não é raro ouvir nos noticiários as estimativas de super safras, porém essas informações referem-se a produção de alguns grãos, especialmente soja e milho mas não mostram a debilidade na produção e na oferta de alimentos básicos para a dieta alimentar dos brasileiros.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento o Brasil precisa importar alimentos básicos como arroz, trigo, feijão, batata e leite, pois as quantidades hoje produzidas são insuficientes para atender a demanda da população.

No que se refere ao Assentamento Chico Mendes essa afirmação se faz correta, pois embora a agricultura de base familiar seja a mais apropriada para a produção de alimentos e o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas características de maior ocupação de mão de obra e pela sua capacidade de redesenhar o agroecossistema de maneira mais compatível aos ideais de sustentabilidade o que se vê é que as áreas que poderia ser utilizadas para produção de alimentos deram lugar ao aumento das pastagens e hoje o gráfico nos mostra que das famílias pesquisadas 53% produz alguma cultura em uma área de 2,0 há, comprometendo a segurança alimentar e nutricional dessas.

Partindo dessas informações o que se vê é que o referencial que se vem adotando como prática na agricultura familiar nos assentamentos ainda é aquela onde o Estado obedece a uma agenda, definida politicamente pela sociedade, onde as grandes empresas rurais se

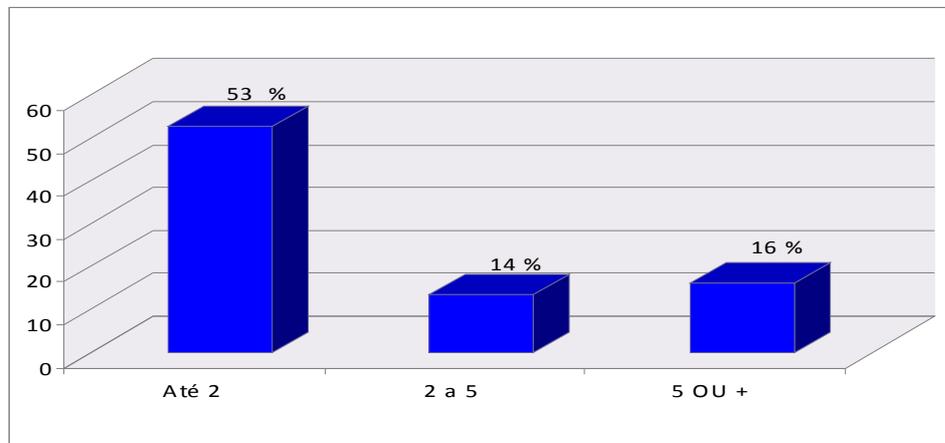
firmaram como produtor de vastas monoculturas. As cidades incharam com o êxodo rural que se produziu aumentando os problemas sociais brasileiros.

No Assentamento Chico Mendes fica claro o abandono da produção de subsistência que dava a base para a autosustentação dos pequenos produtores e impôs uma estrutura produtiva voltada para a pecuária.

É, portanto a partir dessa experiência refletida da realidade vivida dos atores sociais envolvidos que se fazem necessários à reorientação das atividades nessas localidades, e para tanto, e exigido dos profissionais que atuam nos assentamentos tanto conhecimentos técnicos, nas áreas de formação acadêmica, como também habilidades para resgatar e valorizar o conhecimento dos agricultores familiares de forma que esse saber seja apropriado numa perspectiva que considere o contexto social e histórico das comunidades, as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável e a necessidade de articulação de parcerias locais uma vez que as transformações desejadas passam necessariamente pela organização dos agricultores, e pela discussão e a negociação das políticas públicas, com vistas na construção de estratégias de desenvolvimento sustentável, ajustadas as dinâmicas sociais locais.

Nesse sentido, o princípio da educação defendido por Paulo Freire, implica compreender as especificidades da ação educativa e dos atores sociais envolvidos nessa prática. É necessário reconhecer que aprender significa construir um novo conhecimento, sem desprezar o conhecimento existente. A experiência do conhecimento prévio dos agricultores deve ser sempre o ponto de partida para a reconstrução do conhecimento gerando novos significados e, portanto novos conhecimentos. Não se trata de uma busca explicativa da prática, mais de uma elaboração dupla onde a teoria contribui para explicar a prática e esta realimenta a teoria.

Para Paulo Freire, este princípio constitui a base da construção de um processo participativo de desenvolvimento rural sustentável, que em suas múltiplas dimensões, coloca o ser humano como centro da ação, e, portanto protagonista do seu próprio desenvolvimento.

**Gráfico 06 – Área com Culturas**

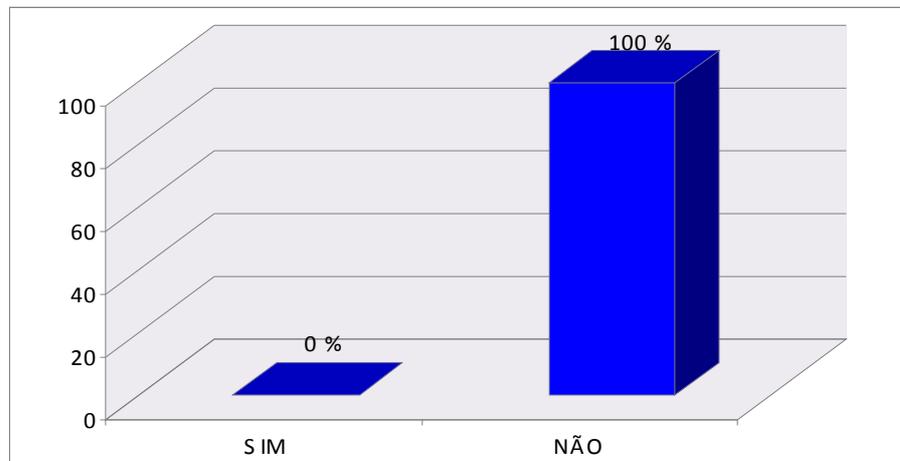
Do ponto de vista da sustentabilidade, considerando os princípios sociais, econômicos e ambientais, o que se verificou no Assentamento Chico Mendes é que o processo de ocupação ocorrida ali gerou desmatamento da área total e a ocorrência de impactos ambientais provocados por práticas agrícolas inadequadas, uso irracional do fogo e a implantação da monocultura da pecuária de leite.

Segundo informações dos próprios assentados os recursos faunísticos tem sofrido problemas de sobrevivência, em especial as aves, os macacos e os felinos. A destruição da biodiversidade traz ainda o desequilíbrio ecológico como consequência a diminuição de predadores naturais, surgindo assim uma enorme população de animais que migram para as áreas de produção agravando em muito a produção de alimentos.

O gráfico abaixo mostra que 100% das amostras pesquisadas não possuem área de reserva legal embora seja uma obrigatoriedade de acordo com a legislação brasileira.

Segundo Caporal, 2007 considera-se que as estratégias de desenvolvimento rural sustentável não pode orienta-se simplesmente pela acumulação de metas de crescimento econômico, produção e produtividade, mas devem apoiar-se também aquelas mudanças que conduzem a uma maior segurança alimentar, a melhores níveis de educação, de saúde e bem-estar, ao mesmo tempo em que promovam uma maior equidade social e que garantam maior proteção ambiental nos processo produtivos.

### Gráfico 07 - Reserva Legal



O gráfico abaixo aponta uma realidade preocupante no Assentamento Chico Mendes, pois na amostra pesquisada com relação à produção de alimentos para a manutenção da família 96% dos entrevistados responderam que não produz alimentos o suficiente para a manutenção dessas e que os alimentos são adquiridos nos supermercados.

Em que pese a afirmação de Caporal e Costabeber, 2007 ao afirmar que o processo de co-evolução sociocultural e ecológico que vigorou ao longo de 10.000 anos de agricultura nos últimos 10 anos tem se caracterizado por um crescente processo de artificialização da natureza, e que essa mudança é comandada pela adoção maciça de tecnologias industriais, rompendo a dinâmica de manutenção dos equilíbrios ecológicos em favor de uma vigorosa busca de maior produtividade física em detrimento da longevidade dos sistemas de produção agrícola. Isso se agravou na medida em que as chamadas tecnologias modernas ao serem incorporadas como conhecimento nas matrizes culturais dos grupos sociais envolvidos quase sempre determinou o rompimento de estratégias reduzindo drasticamente a sustentabilidade socioambiental causando uma crescente perda na qualidade e diversidade dos alimentos e matérias primas produzidas.

O que se pode constatar dentro da ótica de Caporal é que no Assentamento Chico Mendes o modelo convencional de desenvolvimento agrícola levou a uma debilidade crescente na relação entre as populações rurais e seus territórios, bem como entre a produção de alimentos e as necessidades básicas nas populações devidas especialmente ao rompimento do processo de co-evolução da sociedade-natureza.

De acordo com Miguel Altieri, professor da Universidade de Berkeley (Califórnia, EUA), e Peter Rosset, do Instituto Food First (EUA), existe atualmente, no mundo, alimento

suficiente para prover 2 kg diários para cada pessoa: 1,1 kg de grãos, aproximadamente 450 g de carne, leite e ovos e mais 450 g de frutas e vegetais – isso significa que, se os alimentos disponíveis fossem distribuídos adequadamente, não subsistiriam carências na dieta alimentar de qualquer pessoa<sup>3</sup>.

A partir daí, qualquer reflexão sobre a questão leva à conclusão óbvia que é a falta de distribuição mínima de renda e de empregos que geram pobreza, marginalização e fome. É a concentração de terras e de riqueza aliada à falta de apoio à agricultura familiar que dificulta a produção para a própria subsistência e geração de renda provocando fome.

A insegurança alimentar manifesta-se principalmente pela dificuldade no acesso aos alimentos e isto se dá, principalmente, pela indisponibilidade de renda que é determinada pela falta de trabalho e/ou baixa remuneração no pagamento de mão de obra a assalariados sem qualificação, ou ainda da impossibilidade de acesso aos meios produtivos para assim provê-los.

Portanto, a afirmação de Ferreira (1994:43), se faz verdadeira e da qual nos parece factível:

*“(...) o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra, antes terão que lhe ser proporcionadas as condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva.”*

---

<sup>3</sup> Dados citados pelo agrônomo Jean Marc von der Weid, coordenador de políticas públicas da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), à *ComCiência*, 10 maio 2002.

Inúmeros documentos pertinentes ao tema fora, elaborados pelo setor de produção, meio ambiente e cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e esses mostram a preocupação com o auto-sustento dos assentados, afirmando que devem:

*“(...) levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, ou seja, cada assentado deve ter no seu lote ou no coletivo várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano. Vários tipos de cereais que são necessários à alimentação humana e também animais e aves que garantam a carne, leite, queijo, banha, ovos, etc.” MST (2001:87).*

O Gráfico abaixo mostra-nos que das famílias estudadas 96% afirmaram que compram a maioria dos produtos necessários para alimentação da família nos supermercados e na totalidade da amostragem afirmam que a renda da propriedade apenas é suficiente para alimentação dos mesmos afirmando que as demais necessidades básicas inerentes a pessoa humana, como educação, saúde, lazer, transporte afirmam que a renda não é suficiente para propiciá-los conforme mostra o gráfico abaixo.

O primeiro fator que compromete a Segurança Alimentar no Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes incluem os problemas sociais que persistem nas classes menos privilegiadas da sociedade brasileira, onde se constata extrema pobreza, fenômeno esse causado pela falta ou insuficiência de renda, onde as pessoas não conseguem ter acesso aos meios de subsistência básicos, saúde, habitação, vestuário e educação, entre outros elementos necessários para uma vida com um mínimo de qualidade.

Diante desses dados pode-se afirmar que o processo histórico de marginalização da Agricultura Familiar constata que essa, gradativamente está sendo condicionada a mudar o seu perfil adequando-se ao modelo de desenvolvimento hegemônico e, portanto subordinando-se a indústria e ao mercado neoliberal.

Dessa forma, pensando em novas matrizes produtivas capazes de garantir os direitos básicos de todos é fundamental se praticar outras matrizes pedagógicas que ampliem a participação dos diversos atores no processo de desenvolvimento. A prática pedagógica na perspectiva dialética deve estar orientada pelos princípios da ação transformadora do homem sobre a realidade, ou seja, a sua capacidade de mudar e aprender com as mudanças. Constituem um esforço ético de contraposição as tendências excludentes historicamente vivenciadas no espaço rural.

Assim, para uma intervenção crítica e criativa dos atores sociais na realidade local em que estão inseridos, é necessário à implementação de processos participativos integrados as

dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições de exercício da cidadania, privilegiando a construção participativa de processos de desenvolvimento sustentável, na perspectiva do fortalecimento de suas formas de organização bem como na formulação e implementação das políticas públicas que garantam os direitos básicos da população estudada.

Efetivamente a agricultura familiar nos Assentamentos de Reforma Agrária não tem cumprido com os propósitos preconizados pela política agrária brasileira, quer seja para a fixação do homem no campo, quer seja para abastecer o mercado interno de produção de alimentos.

Como verificado nos gráficos anteriores os caminhos percorridos pelos assentados poderá levá-los a um curto espaço de tempo a abandonar suas propriedades, visto que basicamente estão sendo transformadas em áreas de produção de apenas uma cultura inviabilizando a permanência dessas famílias no campo.

O Gráfico abaixo mostra um dos problemas enfrentados pelos agricultores do Assentamento Chico Mendes, ou seja, quando perguntado o que a renda da propriedade permite à família, 100% desses afirmaram que apenas permite alimentar a família, negando a esses todos os direitos inerentes aos brasileiros.

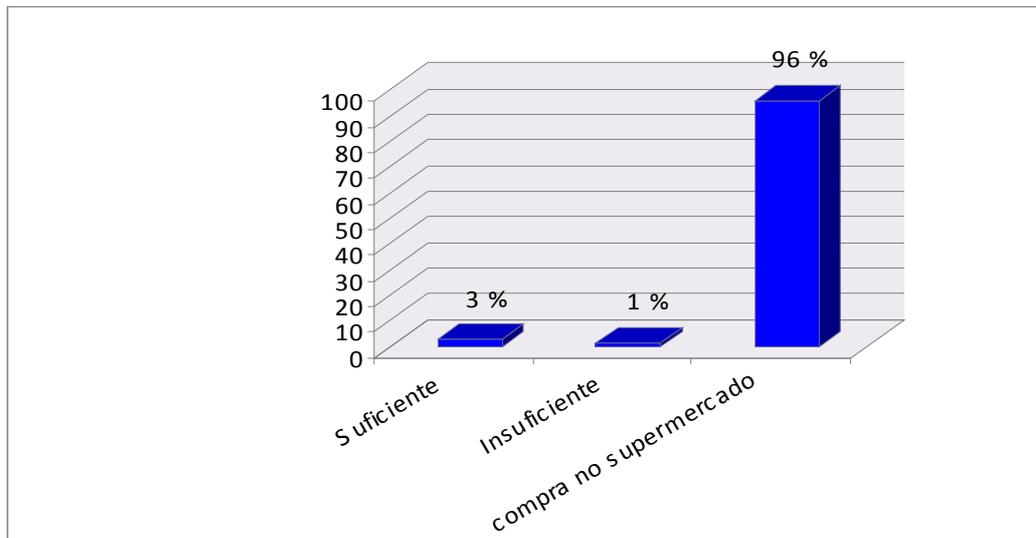
Embora, desde 2003 com a criação da Secretaria da Agricultura Familiar e a adoção de políticas públicas visando à produção sustentável de alimentos o que constatamos é que a agricultura convencional ainda é fortalecida na agricultura familiar.

Continuar a difusão desse modelo, que privilegia o uso dos recursos naturais não renováveis e que desemprega a crescente força de trabalho do meio rural é de fato pouco promissor.

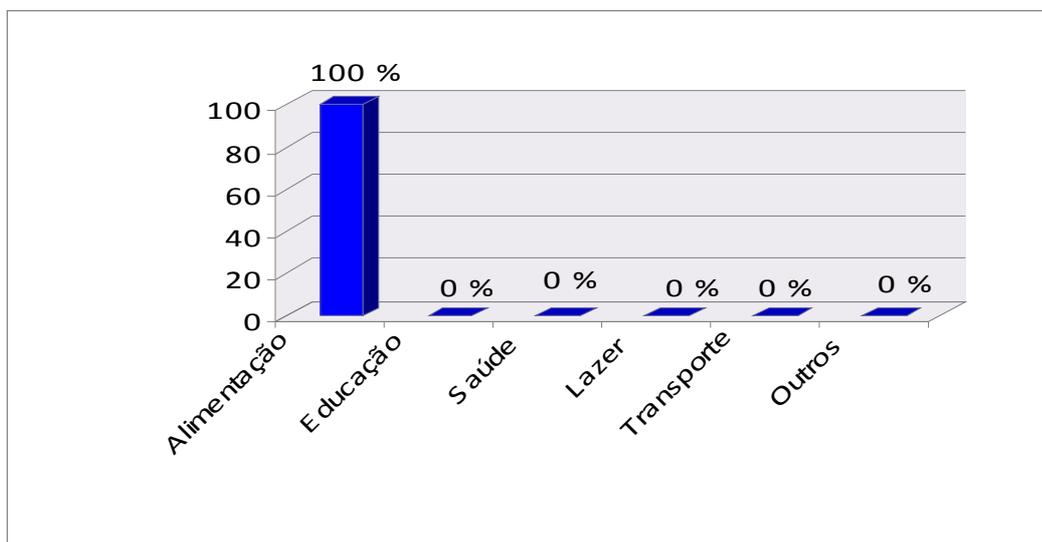
Cabe assinalar aqui que, em 1979, na Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural promovida pela FAO já se atribuía especial ênfase ao crescimento com equidade e redução da pobreza.

Como afirma Scotto, passados 15 anos desde a conferência sobre Reforma Agrária, percebe-se, no caso brasileiro, que a crítica ao modelo de desenvolvimento excludente para a agricultura permanece tão atual como se tivéssemos perdido mais de uma década de trabalho.

**Gráfico 08 - Produção de Alimentos/Manutenção da Família**



**Gráfico 09 - O que a renda da propriedade permite aos Assentados**



O gráfico a seguir nos dá as informações no que se refere ao tipo de agricultura utilizada pelos Assentados do Projeto Chico Mendes e no total de amostras pesquisadas observou-se que o que predomina no Assentamento é a agricultura convencional e buscando a transição agroecológica.

Guzmann, 1997 afirma que o processo de empobrecimento da dieta dos agricultores, causada pelo abandono das culturas de subsistência e a maior dependência da renda gerada pelos produtos voltados ao mercado de exportação ou às grandes cadeias agro-alimentares

para garantir a segurança alimentar de sua família é gerado pelo modelo agrícola implantado no país, caracterizado pela monocultura e a crescente especialização do agricultor, o que implica na canalização dos recursos para atividades destinadas ao mercado; aliado a urbanização do rural, o que aproximando o agricultor do urbano o leva a assumir práticas e hábitos alimentares deste meio, demonstra-se que há um crescente abandono da produção artesanal de alimentos processados e de cultivos tradicionais para o consumo, o que impõe a necessidade de políticas que estimulem a diversificação e tenham como pressuposto a agricultura familiar.

Nessa perspectiva observou-se por esta pesquisa que 53% dos agricultores familiares pesquisados estão buscando adequar-se a transição no modelo de produção, ou seja saindo da agricultura convencional para o cultivo agroecológico (Gráfico abaixo), onde a produção agropecuária nos moldes agroecológicos pressupõe um novo paradigma de apropriação da natureza.

Na transição agroecológica o envolvimento dos agricultores familiares, dadas as suas características de associar gestão e trabalho ao grupo familiar, é considerado fundamental.

Tal associação passa pelas ligações de parentesco e herança, o que confere diferentes atitudes e formas de relacionamento com os recursos naturais, em especial a terra, quando comparadas com os produtores patronais.

A lógica de produção e a importância do segmento familiar na agropecuária nacional, junto com os preceitos agroecológicos, configuram uma via de dupla mão quando se pensa no desenvolvimento respeitando-se os potenciais e as características presentes na localidade.

O local é visto então como o lugar de produção, moradia e sociabilidade.

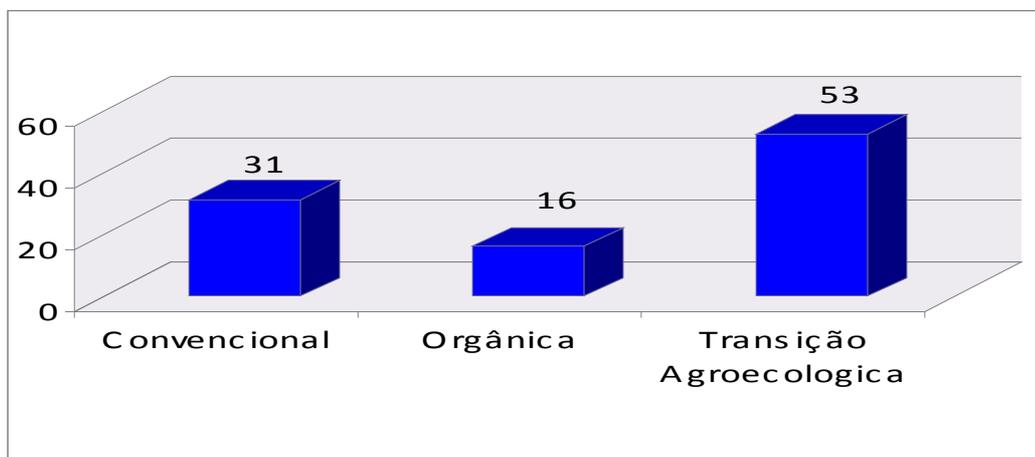
A agroecologia, que tem o agroecossistema como a base para a co-evolução do homem e da natureza, apregoa o emprego das forças sócio-produtivas locais como elemento intrínseco de um desenvolvimento sustentável. E nesse caso, a inclusão dos agricultores familiares é vital, pela sua dinâmica envolvendo a família (caráter familiar), a ligação com a terra (patrimônio), e os graus de inserção espacial e social, sobretudo quando se busca a sustentabilidade dentro de um projeto de revalorização do rural.

Basicamente, a proposta agroecológica faz a contraposição àquela agricultura baseada no agronegócio, onde condena a produção centrada na monocultura, na dependência dos insumos químicos e na alta mecanização, além da concentração de terras produtivas, a exploração do trabalhador rural e o consumo de produtos vindos das mais diversas regiões sem respeitar os hábitos e as culturas locais.

Disto resulta que as práticas agroecológicas podem ser vista com as práticas de resistência da agricultura familiar, ao processo de exclusão do meio rural e a homogeneização das paisagens de cultivo.

Assim, as práticas agroecológicas baseiam-se na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados as condições locais e redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

**Gráfico 10 - Forma de Cultivo**



O gráfico abaixo mostra os alimentos produzidos pelas famílias no Assentamento Chico Mendes. Das 74 amostras observou-se uma variedade considerável de alimentos produzidos, embora em pequenas quantidades e que na visão do agricultor não lhe garante Segurança Alimentar, porque dentro do seu conceito a Segurança Alimentar está mais relacionada ao econômico, que a produção para o consumo.

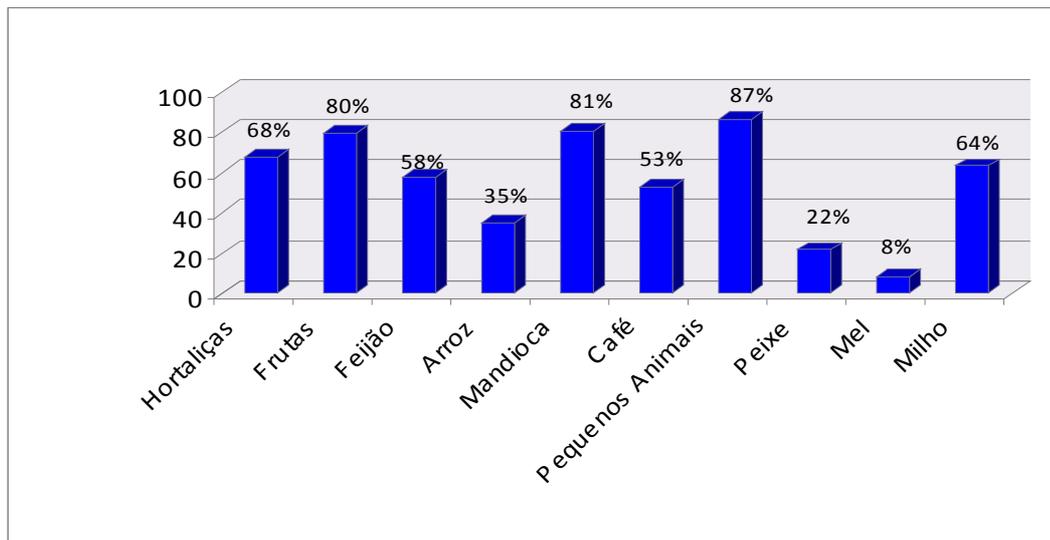
De acordo com levantamento realizado junto aos assentados dos Projetos de Assentamento Chico Mendes I, II e III, o tempo de permanência das famílias assentadas nos P.As.explicam as características dos sistemas de produção atuais:

A área total dos Assentamentos foi desapropriada com aproximadamente 100% da cobertura vegetal original em pé.

Os sistemas de cultivos praticados caracterizam-se por serem executados de forma tradicional conhecida como “cultura em toco”, utilizando a mão de obra familiar e periodicamente, mão de obra contratada (especialmente na safra das culturas), não se diferenciando dos sistemas adotados em todo Estado especificamente se tratando da Agricultura Familiar, onde predomina o método tradicional e impactante ao meio ambiente.

Nas pequenas áreas dedicadas ao cultivo das lavouras de arroz, milho, feijão, mandioca e café, visando a subsistência e a comercialização do excedente os agricultores vem enfrentando alguns problemas por causa do ataque de pragas e doenças reduzindo dessa forma a produtividade e fazendo que muitos abandone a prática de produção de alimentos comprometendo fortemente a Segurança Alimentar e Nutricional dessas famílias..

**Gráfico 11 – Alimentos Básicos Produzidos**

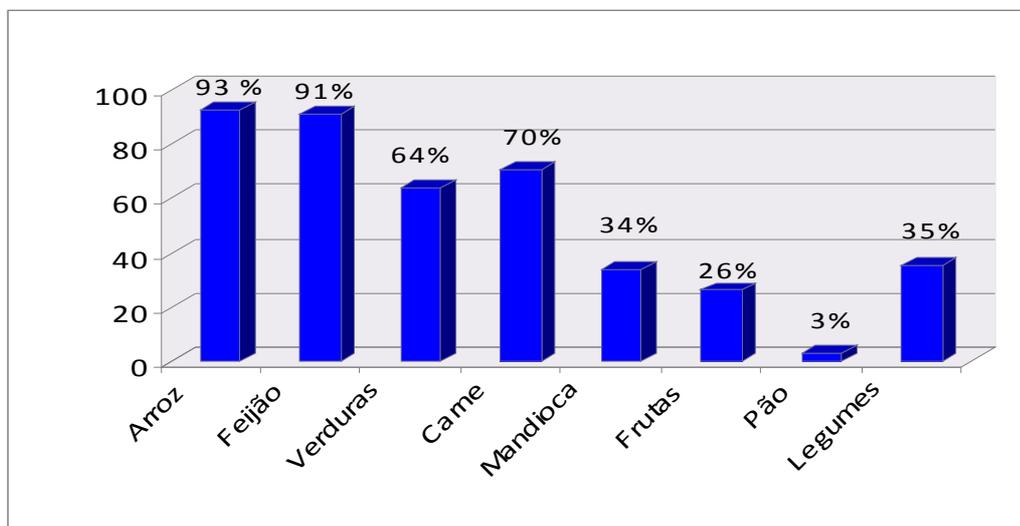


Com relação ao autoconsumo, das 74 famílias estudadas, na sua totalidade essas possuem algum tipo de produção, para este fim, provindo da “lavoura” (culturas anuais e/ou perenes), tendo aparecido no mínimo um e no máximo dez produtos diferentes para este item.

As hortas domésticas apareceram em 68% das famílias entrevistadas, sendo que destes produtos, 64% deles foram utilizados para consumo próprio em alguma quantidade.

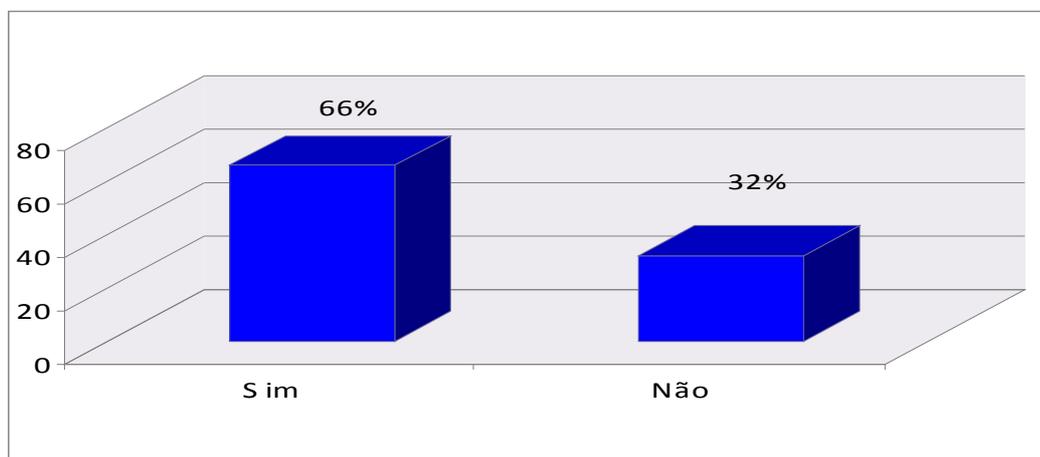
Já os pomares apareceram para 80% dos assentados entrevistados, sendo que, para consumo aparecem apenas em 26% destas famílias, no período de referência desta pesquisa.

**Gráfico 12 – Alimentos mais Consumidos**



Dessas, famílias entrevistadas 66% afirmam que possuíam algum tipo de produção processada.

**Gráfico 13 – Processa Alimentos**



Outro fator importante detectado por esta pesquisa diz-se da perda da identidade cultural sofrida pelos agricultores familiares com a modernização da agricultura.

A erosão cultural alimentar parece estar associada à idéia de que o agricultor que cultivar para a subsistência não estará inserido no mercado, portanto, com uma significação negativa e de atraso.

O agricultor assentado é um exemplo vivo desta categoria, pois ao não inserir-se ao mercado, restringe-se ao acesso aos meios de produção.

Por outro lado, aqueles agricultores que conseguiram se inserir nas cadeias produtivas voltadas aos grandes mercados, assumem a modernização automaticamente como um conceito positivo, pois na atualidade o que é moderno é considerado “bom”, já o que lembra processo mais antigos não pode ser considerado moderno e automaticamente carrega um conceito de “ruim”.

Esse processo atinge praticamente todos os agricultores familiares e não somente os relacionados à reforma agrária.

A perda da cultura do processamento artesanal de alimentos é expressiva nos assentamentos de Reforma Agrária, caso dos produtores de leite, do Assentamento Chico Mendes onde constatamos que todo o do leite produzido segue para os laticínios da região, pois o leite não aparece em nenhuma pesquisa apesar dos entrevistados todos possuírem pastagens e bovino de leite em nenhuma delas aparecem a produção de queijo e e outros derivados.

Outro alimento característicos da agricultura familiar em Rondônia que faz parte da alimentação básica das famílias rurais é a mandioca (*Maniot sculenta*), porém em franca decadência no seio dos assentamentos de Reforma Agrária, tratando-se de um alimento ainda cultivado porém em pequenas áreas apenas para a subsistência e alimentação dos animais.

O processamento artesanal de alimentos é o exemplo mais claro de uma cultura perdida, pois a maioria dos assentados compõe uma geração de agricultores que desconhecem práticas até pouco tempo comuns no cotidiano das famílias rurais.

O estudo dos hábitos alimentares no seio dos assentamentos de reforma agrária tem demonstrado que os agricultores ao terem nas mãos a terra como meio de produção, o fazem no sentido de conseguir renda, mas que de acordo com os gráficos anteriores nem isso estão conseguindo e sem perceber estão se fragilizando ainda mais acreditando na política neoliberal.

Entende-se que esse fato vem sendo reforçado à medida que se estabelece um questionamento mais profundo sobre o sentido do desenvolvimento e a importância das questões étnicas e culturais. Recentemente a Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, presidida por Javier Pérez de Cuéllar (1995), argumentou que o desenvolvimento ao estar separado de seu contexto cultural e humano, está crescendo sem alma. Isto significa que a cultura não pode ser reduzida a uma posição subsidiária promotora do crescimento econômico. Argumentou ainda em seu posicionamento que os governos não

podem determinar a cultura das pessoas, mais de fato são determinados em parte por ela, onde os Governantes não podem ditar normas a respeito, não podem obrigar as pessoas a comportar-se respeitosamente, mas sim podem fazer com que a liberdade cultural seja um dos pilares sobre os quais há de fundamentar-se o Estado.

Nessa perspectiva argumenta ainda que o princípio básico devesse ser fomentar o respeito por todas as culturas, cujos valores são tolerantes uma com as outras, aonde o respeito vai mais além da tolerância e implica em uma atitude positiva para com as outras pessoas, assim como para a sua cultura.

Ao justificar-se a conveniência de adotar uma postura de valorização da diversidade cultural argumenta-se que a liberdade cultural, mediante a proteção das formas de vida alternativas, fomenta a criatividade, a experimentação e a diversidade, em suma a verdadeira essência do desenvolvimento humano.

Finalmente argumenta que a liberdade é um elemento básico para a cultura, particularmente a liberdade de decidir que tipo de vida queremos buscar.

Hoje o que se pode ver é que a relação que muitos agricultores familiares mantinham com a terra, raramente é observada entre os assentados, o que denota que o vínculo perdido durante o período de expropriação dos meios de produção torna-se muito mais difícil de recuperar, do que a terra no aspecto físico.

Esse vínculo perdido está diretamente relacionado com a cultura do agro. Isso é um fator importante na discussão da falta de cultivos de subsistência, pois explica de certa forma o porquê do agricultor assentado, que esteve intimamente ligado a um processo violento de exclusão não considere “importante” produzir os seus alimentos diários, e não relacione isto à independência que ele tanto clama quando nos acampamentos de luta pela terra.

Segundo Vigotsky (1996), a dialética nesse processo é fundamental, pois, em primeiro lugar, explicita a interdependência entre os fenômenos naturais, humanos e sociais, o que implica compreender as complexas relações mantidas pelos sujeitos ao tecerem sua existência social.

Em segundo lugar, a dialética é necessária por mostrar que a fonte de desenvolvimento humano baseia-se na unidade e luta de contrários, ou seja, cada fase na história gera sua fase contrária e esse é o alimento do movimento histórico, movimento esse que precisa ser definitivamente compreendido.

A teoria vigotskiana é instrumental, histórica e cultural (Luria, 1992).

É instrumental, por se referir à natureza mediada das funções psicológicas superiores.

Diferentemente dos animais, que mantêm relação direta com a natureza, o processo de hominização surge com o trabalho, que inaugura a mediação com o uso de signos e instrumentos, permitindo a modificação do psiquismo humano e da realidade externa, respectivamente.

Em um movimento dialético, os seres humanos criam novos cenários, que determinam novos atores, novos papéis.

É histórica e cultural por propor a compreensão do ser humano inserido em uma cultura determinada, com suas ferramentas, inventada e aperfeiçoada no curso da história social da humanidade, com as contradições impostas pela dialética.

A psicologia histórico-cultural é uma ciência que se desenvolve em estreita ligação com outras ciências e que tem como objeto de estudo a atividade do homem no plano psicológico e se propõe à tarefa de estabelecer as leis básicas da atividade psicológica, estudar as vias de sua evolução, descobrir os mecanismos que lhe servem de base e descrever as mudanças que ocorrem nessa atividade nos estados patológicos (Luria, 1991, p. 1).

Dentro desse contexto observou-se ainda que os fatores que influenciam na diminuição do plantio dos cultivos de subsistência não estão somente os culturais, mas também os climáticos ambientais e também o uso abusivo de agrotóxico o que nos leva a sugerir que a assistência técnica destes agricultores deveria priorizar processos educativos que levassem a compreensão dos agricultores em relação ao meio em que estão inseridos e a reconstituição dos agros ecossistemas.

O problema é que muitas vezes a Erosão Cultural Alimentar vem disfarçada através da opção do agricultor em não produzir alimentos de subsistência, seja em função de que este tem preferência pelo produto industrializado, ou está minimizando esforços e diminuindo assim a carga de trabalho, ou não dispõe de áreas para estes cultivos, já que deve priorizar os cultivos comerciais e ou o aumento da área com pastagem conforme mostrou o gráfico as mais diversas justificativas por deixar de produzir alimentos para a subsistência.

Verificou-se ainda que as famílias que se utilizaram da estratégia de produzir o seu autoconsumo (tanto de origem vegetal como de origem animal) estavam em condições de segurança alimentar e de qualidade de vida melhores que as que não produziram para tal finalidade.

Portanto observar como as famílias assentadas relacionam as questões de produção destinadas para o autoconsumo e sua relação com a condição segurança alimentar aparece como indicativo para superação da condição de fome que atinge milhares de famílias, inclusive no meio rural.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, estabeleceu trinta artigos que apresentam três características: são **direitos universais** (que devem (riam) alcançar todas as pessoas indistintamente), **pautados pelo respeito à diversidade** (religiosa, política, cultural, étnica, de gênero, opção sexual), sendo estes ainda **indivisíveis e interdependentes**, isto é, um direito não se garante caso outro seja violado.

Em seu artigo 25, ela estabelece a alimentação, entre os direitos humanos fundamentais, apesar de não apontar os mecanismos necessários para que este se torne efetivo.

“Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, os serviços sociais indispensáveis e direitos à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros, casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (...)” (ONU, 1948,

A Cúpula Mundial da Alimentação, ligada a ONU/FAO (Food and Agriculture Organization), ocorrida entre os dias 13 e 17/11/96, em Roma, Itália, trouxe em um de seus documentos o compromisso firmado pelos chefes de Estados, governos ou representantes reunidos na ocasião, que foi:

*“Erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir até a metade de seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até o ano de 2015”, pois estes consideravam intolerável o fato de “mais de 800 milhões de pessoas no mundo, e, particularmente nos países em desenvolvimento, não terem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas”. (ONU/FAO, 1996).*

No Brasil, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), ocorrida em Olinda (PE), entre os dias 17 a 19 de março de 2004, apontou inúmeros obstáculos para a realização do direito humano à alimentação, entre os quais pode-se mencionar: o modelo de desenvolvimento (concentrador de terra, riqueza e renda); práticas de monoculturas extensivas com ênfase para a exportação; lentidão na implementação de uma reforma agrária e de projetos de assentamentos; desigualdades sociais históricas em nosso país; forte cultura de discriminação e naturalização da miséria e fome, faltando assim indignação contra esse quadro; apropriação privada dos recursos públicos; fragmentação das políticas públicas desenvolvidas por diferentes instituições sem coordenação e articulação; entre tantos outros fatos (CONSEA, 2004).

Os conteúdos de a segurança alimentar (quantidade e qualidade de alimentos ao longo de tempo) estão relacionados aos problemas específicos de insegurança alimentar quanto ao quesito acesso a alimentos.

A superação de cada um destes problemas exige, por sua vez, a implantação de um conjunto distinto de políticas públicas por parte dos governos.

No que refere ao acesso aos alimentos, a abordagem de segurança alimentar pode permitir compreender porque, junto com o crescimento da capacidade de produção de alimentos, cresceu também a dificuldade de um número significativo de pessoas e grupos sociais de acessarem os alimentos.

Entretanto o acesso aos alimentos pode ser garantido, total ou parcialmente, pela produção realizada para o próprio consumo.

Esta produção para o próprio consumo está presente, na agricultura familiar, porém, por outro lado, a concentração da terra é apontada com um dos fatores de pobreza rural, pois concentra renda e poder político, o que impossibilita ou inibe que as pessoas garantam seu bem estar por não estarem sobre uma parcela de terra e ter o direito de dizer que é de sua propriedade.

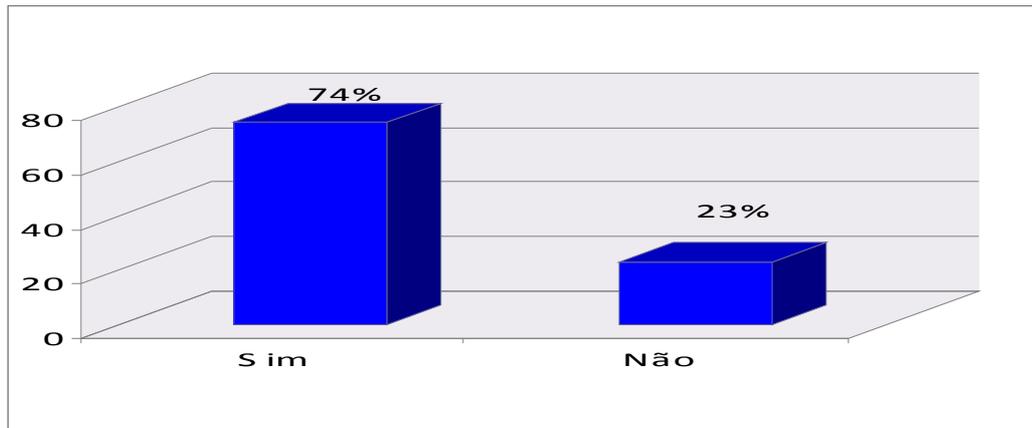
Ainda de acordo com dados levantados os assentados tem enfrentado problemas com relação ao cultivo de determinadas culturas ocasionando a perda de grande parte da lavoura, especialmente, arroz, milho e o feijão por causa do ataque de pragas e doenças.

Os pássaros, em virtude da derrubada da mata original e a falta de alimentos para estes estão atacando as culturas reduzindo dessa forma a produtividade onde parte desses agricultores tem deixado de produzir seu alimento básico comprometendo a segurança alimentar e nutricional da família.

Outro dado preocupante constatado em nossa pesquisa diz respeito ao problema de acesso aos alimentos quer em quantidade, quer em qualidade.

Sobre a questão quantidade, o padrão agrícola dominante tem deixado a desejar quando o assunto é produção de alimentos, onde foi constatado que 74% dos entrevistados já sentiram medo de passar fome.

**Gráfico 14 – Alguém na família já sentiu medo de passar fome**



Atualmente temos acompanhado segundo a Empresa Brasil de Comunicação é que a produção agrícola em 2009 deverá ser de 140,8 milhões de toneladas, 3,3% menor que a de 2008.

Este ano, a estimativa recorde é de 145,6 milhões de toneladas, a maior safra desde o início das pesquisas, em 1974.

Ressalta ainda que a safra de 2008 foi excepcional pois foi um ano sem problemas climáticos e de crédito abundante”, resultado esse, fruto principalmente das inovações tecnológicas, produtos e processos que ocorreram na agricultura.

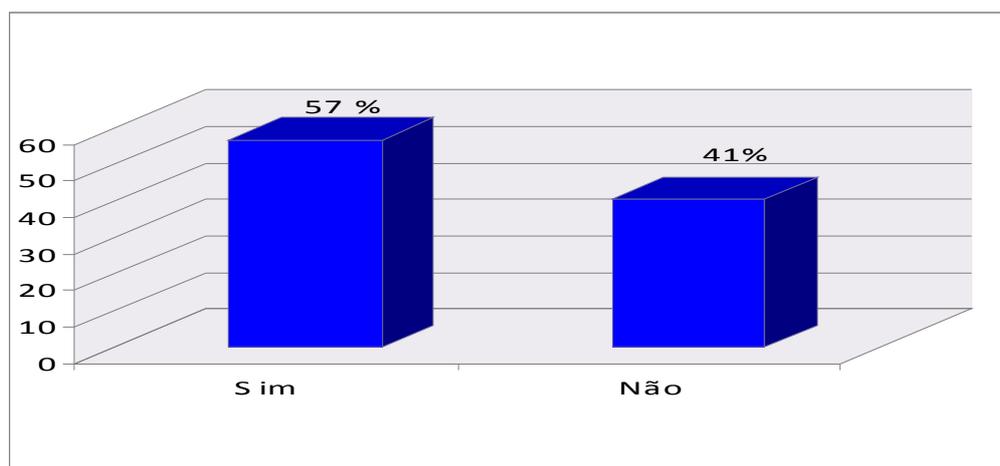
Contraria assim, o diagnóstico de Thomas Malthus<sup>2</sup> que previa a falta de alimentos decorrente do crescimento exponencial da população mundial, levando-nos a focalizar a disponibilidade de alimentos em lugar das restrições de acesso a esses bens por insuficiência de renda ou por incapacidade de produzi-los.

---

<sup>2</sup> Thomas Malthus, um dos mais proeminentes vultos dos Século. XVIII-XIX - A Teoria Populacional Malthusiana foi desenvolvida por Thomas Malthus, economista, estatístico, demógrafo e estudioso das Ciências Sociais. Malthus observou que o crescimento populacional, entre 1650 e 1850, dobrou decorrente do aumento da produção de alimentos, das melhorias das condições de vida nas cidades, do aperfeiçoamento do combate as doenças, das melhorias no saneamento básico, e os benefícios obtidos com a Revolução Industrial, fizeram com que a taxa de mortalidade declinasse, ampliando assim o crescimento natural. Preocupado com o crescimento populacional acelerado, Malthus publica em 1798 uma série de idéias alertando a importância do controle da natalidade, afirmando que o bem estar populacional estaria intimamente relacionado com crescimento demográfico do planeta. Malthus alertava que o crescimento desordenado acarretaria na falta de recursos alimentícios para a população gerando como consequência a fome. Ver [www. http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_Populacional\\_Malthusiana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_Populacional_Malthusiana)

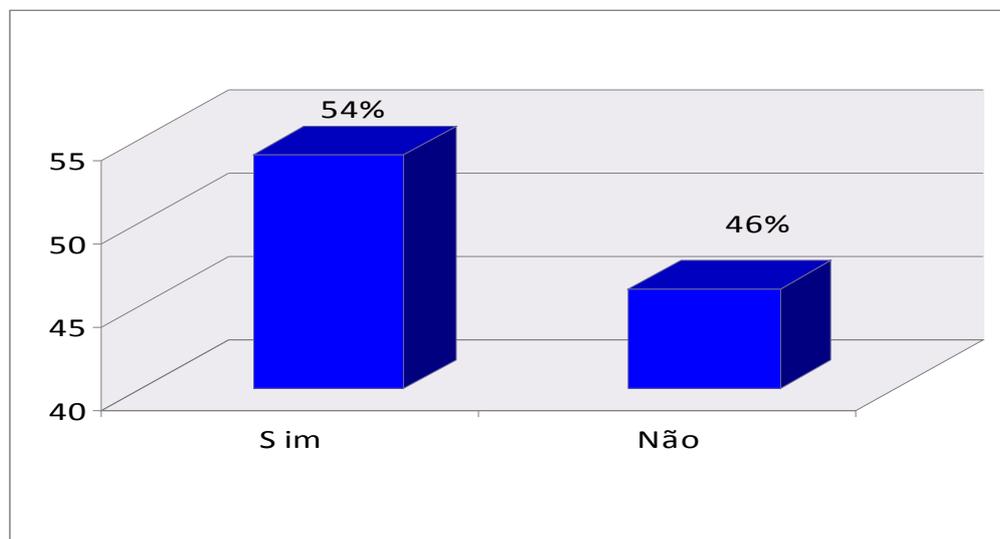
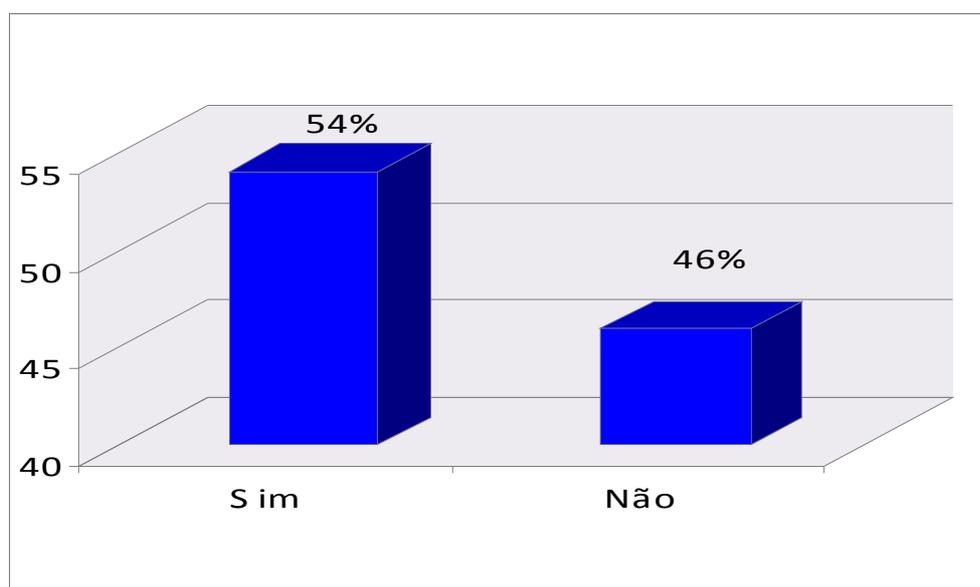
Contudo, ainda hoje, há no Brasil, e em outras partes do mundo, muitas pessoas passando fome, quer seja nas cidades ou no campo, e no Assentamento Chico Mendes observou-se que a violação dos Direitos Humanos a alimentação é eminente, visto que em 57% das famílias entrevistados houve casos de desnutrição alimentar.

**Grafico 15 – Na familia houve casos de desnutrição**



Como já foi comentado o uso de agrotóxico na produção de alimentos no PA Chico Mendes se dá sem o devido cuidado em termos de dosagens colocando em risco além da saúde dos trabalhadores, também dos consumidores.

Um dado relevante e preocupante relaciona-se ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos do PA Chico Mendes. De acordo com as informações coletadas 54% dos assentados utilizam agrotóxicos, sem o devido cuidado em termos de dosagem colocando em risco além da saúde dos trabalhadores, também os consumidores. Esses agrotóxicos são manejados de forma irracional em termos de horário, dosagens e segurança de aplicação, constatou-se ainda que não há equipamentos de Proteção individual disponível, o que coloca em risco a saúde dos moradores e compromete a segurança alimentar desses.

**Gráfico 16 – Utiliza Defensivos Agrícolas****Gráfico 17 – Respeita Período de Carência**

O gráfico abaixo se trata de uma outra questão peculiar na Agricultura familiar que é o Acesso ao Crédito no Assentamento Chico Mendes.

Conforme informações dos próprios assentados nos primeiros anos de criação do assentamento, os assentados foram beneficiados pelo INCRA com créditos de alimentação e habitação, totalizando um montante individual de R\$ 3.580,00.

O Crédito de habitação tem por objetivo viabilizar a construção da casa do assentado, em seu respectivo lote. Já o crédito de alimentação tem por objetivo proporcionar a família do assentado condições para a sua manutenção, no período inicial do lote.

Com relação ao crédito agrícola a EMATER-RO elaborou no período de 1998 a 2002 projetos de financiamento para investimentos a todos os assentados interessados e em condições para se habilitar ao crédito. No ano de 1998 a linha de crédito destinada ao programa de Reforma Agrária denominava-se PROCERA. A partir de 1999, essa linha passou a ser denominada de PRONAF A, destinada à agricultura familiar.

De acordo com fontes da EMATER-RO – Escritório Local de presidente Médici os agricultores financiaram vários itens dentre eles: carroça de tração animal lavoura de café, plantadeira manual curral, matriz de aptidão leiteira, tulha, reprodutor bovino, pulverizador costal dentre outros

Os recursos foram investidos na implantação de atividades produtivas como a cultura d café e exploração de animais bovinos de aptidão mista (corte e leite). A infra-estrutura da propriedade também foi contemplada, seja na construção de tulha, curral ou cerca.

Ressalta-se que aqui foram financiados pulverizador costal para alguns assentados, porém nenhum equipamento de proteção individual (EPI), o que demonstra a falta de conscientização tanto dos produtores quanto dos técnicos que elaboravam os projetos.

O quadro abaixo exhibe alguns dados interessantes sobre o aumento da monocultura nos assentamentos comprometendo a segurança alimentar e nutricional das famílias;

**Tabela 3 - Valor aplicado por tipo de atividade no ano de 2005**

| <b>Território/<br/>Áreas<br/>Prioritárias</b> | <b>Amostra<br/>dos PA's</b> | <b>Agricultura</b> | <b>Agroindústria</b> | <b>Agropecuária</b> | <b>Pecuária</b>      |
|---|-----------------------------|--------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Central                                       | 10                          | 19.019,97          | -                    | 3.270.636,19        | 2.717.284,29         |
| Madeira<br>Mamoré                             | 09                          | 83.967,04          | 5.237,58             | 217.760,81          | 1.730.233,12         |
| Vale do Jamari                                | 31                          | 177.332,27         | -                    | 667.451,34          | 3.580.403,05         |
| Áreas<br>Prioritárias                         | 19                          | 361.135,06         | 5.988,01             | 697.237,67          | 4.593.130,39         |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>69</b>                   | <b>641.454,34</b>  | <b>11.225,59</b>     | <b>4.853.086,01</b> | <b>12.621.050,85</b> |

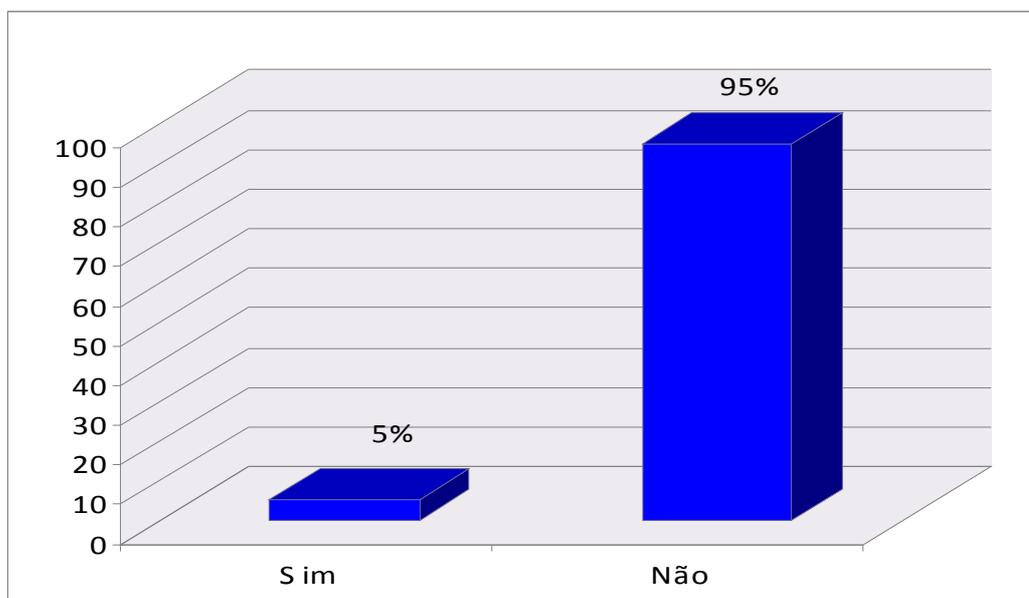
Fonte: CAMPELO et al. 2007.

Os recursos de crédito contratados foram aplicados praticamente 70% na pecuária, denotando o cenário existente hoje em Rondônia, prevalecendo à pecuária leiteira, seguido de atividades agropecuárias. Essa constatação parece ter uma “justificativa”, quando o foco está centrado no breve retorno do investimento aplicado.

Porém, se essa justificativa é realmente levada em consideração, é importante ressaltar, que embora o retorno aconteça a curto prazo, as conseqüências desse investimento, resultam em um ônus expressivo, com o aumento de pastagens e conseqüente degradação ambiental comprometendo sobremaneira a segurança alimentar e nutricional dos assentados.

Hoje embora haja disponibilidade de recursos nos agentes financeiros, à capacidade de endividamento dos assentados está totalmente comprometida, dificultando o acesso desses as linhas de crédito especiais por isso a grande maioria informa que não tem acesso aos recursos conforme mostra o gráfico.

**Gráfico 18 - Acesso ao Crédito**



Nesse ultimo gráfico são analisados os motivos da não produção de alimentos básicos para a família segundo os agricultores pesquisados.

Para essa análise nos propusemos a entender essas razões e a partir daí percebeu-se que as razões da crise atual estão vinculadas às concepções filosóficas que deram origem a modelos de compreensão do mundo e de relação dos seres humanos com a natureza.

Coube a Decartes no século XVII, o papel de organizar o pensamento filosófico ocidental como respostas aos desafios lançados pela historia do seu tempo. Decartes no seu

famoso escrito *Discurso do método* lança as bases da filosofia moderna. E é nesse momento que começamos a localizar as raízes da crise ecológica atual. Até então a sociedade e natureza eram entendidas distintas, mas de certa forma interpenetravam. Descartes conferiu-lhe caráter de realidade, não apenas diferentes mais antagônicas, ele se incumbiu de romper a tênue linha que ainda prendia o homem a natureza e de fornecer as bases para que as sociedades humanas pudessem se sentir autônomas.

Leonardo Boff apresenta a crise atual como uma crise da civilização hegemônica, crise do que se chama de nosso paradigma dominante, ou seja, dos modelos de conceber o mundo e de nos relacionarmos, baseados nas dicotomias e problemas trazidos pela revolução científica e o progresso material capitalista. (Pelizzoli, 2003:69)

Nesses termos não focamos a crise ecológica, separada da sociedade que a produziu, ou do sistema econômico dominante. Estamos tratando de uma crise global que afeta todas as dimensões da vida, seja ela econômica, social, cultural, ecológica e espiritual.

O fato é que não sairemos dessa crise com os mesmos instrumentos e racionalidade que a causaram, isto é através dos conhecimentos científicos convencionais que o legitimaram. Eles não poderão resolver os problemas sócio-ecológicos, pois a crise é da própria ciência. (Toledo, 2004:30)

A partir dessa ótica, é possível afirmar que não será pelo caminho do conhecimento convencional que vão se resolver os problemas das sociedades. A complexidade da crise exige novo enfoque filosófico, aberto, plural, que incorpore o conhecimento popular e acadêmico do ponto de vista interdisciplinar.

Considerando as limitações dos assentados bem como a concepção e as práticas pedagógicas comum na nossa sociedade o que foi constatado no Assentamento Chico Mendes é que são vários os motivos para não se produzir alimentos básicos para a família porém nos determos ao que consideramos o mais importante deles ou seja a falta de conhecimento, poucos são os agricultores que participam de cursos de formação e capacitação ou outros que pudessem orientar suas ações no sentido de melhorar a prestação de serviços, a qualidade da produção agrícola de forma a atingir uma renda anual melhor em cada unidade familiar capaz de suprir suas necessidades essenciais.

Nessa perspectiva o que se observou aqui foi que as múltiplas possibilidades que se abre, no país, para combater a pobreza no campo e gerar trabalho, emprego e renda, não se limitam apenas às políticas convencionais de desenvolvimento agrícola e à reforma agrária tradicional, baseada na simples distribuição de terra, mais sim de uma série de ações com vistas na permanência desses no campo com qualidade de vida.

Entre os obstáculos encontrados no Assentamento Chico Mendes para que as famílias ali assentadas deixem de produzir alimentos sobressaiu-se a falta de conhecimento técnico e tecnológico, fatores esses que nos levam a crer, são em virtude da baixa escolaridade da população do campo, associados ao modelo de educação que valoriza sobretudo o saber intelectual, relegando a posição secundária o saber prático da vida cotidiana assim, como fatores estratégicos (os preços, a fertilidade do solo), para a superação do atraso e da pobreza.

Comparando as práticas de trabalho relacionados a Segurança Alimentar e a Expansão da Monocultura desses assentados o que se percebe é que as necessidades essenciais dos trabalhadores estão sendo absorvidas pelo sistema econômico vigente a medida que faz, cada vez mais, uso de adubos, inseticidas, máquinas, cultivo mais intensivo da terra, tornando a produção mais dinâmica, porém mais agressiva ao meio ambiente, contaminando o solo, reduzindo a biodiversidade, contaminando águas, devastando biomas.

O processo de empobrecimento da dieta dos agricultores, causada pelo abandono das culturas de subsistência e a maior dependência da renda gerada pelos produtos voltados ao mercado de exportação ou às grandes cadeias agro-alimentares para garantir a segurança alimentar de sua família é gerado pelo modelo agrícola implantado no país, caracterizado pela monocultura e a crescente especialização do agricultor, o que implica na canalização dos recursos para atividades destinadas ao mercado; aliado a urbanização do rural, o que aproximando o agricultor do urbano o leva a assumir práticas e hábitos alimentares deste meio.

Pautados nas informações acima o que se observou foi às concepções pedagógicas que os assentados estão inseridos, são aquelas onde o indivíduo deve ser modelado e fabricado para a sociedade uma vez que se percebeu que esses foram aos poucos perdendo os conhecimentos sobre a produção, pois hoje o que se vê é que esses camponeses em sua maioria são dependentes em quase tudo para a sua permanência no campo.

Faz-se necessário nesse caso então resgatar os conhecimentos perdidos e acrescentar a esse um processo pedagógico onde o diálogo seja a base emancipadora dos agricultores situando esses como sujeitos históricos na construção da sociedade em que esse vive.

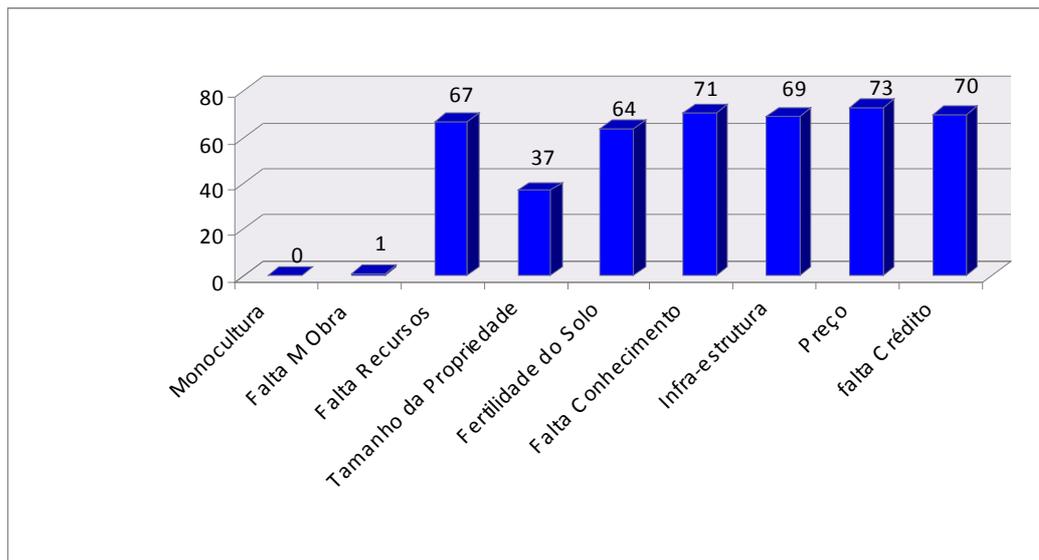
Nesse contexto, Paulo Freire e Vygotsky nos oferecem fundamentos para a práxis educacional da construção de sujeitos na sociedade, onde a educação emancipadora vem se contrapor as outras concepções que são promotoras das desigualdade, da dependência, da passividade, da impotência e da obediência. É uma educação pautada num processo emancipatório a partir da conscientização, do autoconhecimento e do conhecimento da realidade.

A educação na perspectiva de Paulo Freire exige a dialogicidade e a leitura de mundo coletiva para a partir daí ser possível organizar um conteúdo libertador onde o ponto de partida para a construção desse conhecimento seja o seu espaço territorial para que o agricultor imerso na sua realidade local, consiga reconhecer seus problemas, desafios e potencialidades.

Nessa perspectiva emancipadora será possível à transformação dessa realidade, pois valoriza a busca e a construção coletiva do conhecimento comprometido com a transformação da realidade baseados nos princípios da democratização e da dialogicidade, negando o autoritarismo, onde a disciplina é construída coletivamente.

Portanto o cenário atual apresentado nessa pesquisa aponta para a necessidade da consolidação de iniciativas educacionais capazes de promover as mudanças no espaço rural onde essas famílias estão inseridas, promovendo a geração e a socialização participativa de tecnologias, alimentando as redes de diálogos, facilitando a troca de experiências entre os agricultores para que esses possam ser capazes de responder aos problemas concretos enfrentados no processo de desenvolvimento rural onde prevaleçam os procedimentos pedagógicos que privilegiem o fazer coletivo, a problematização e a teorização a partir da prática e da realidade local, a capacidade de organização grupal, a reflexão crítica, possibilitando ao agricultor familiar Assentado posicionar-se como sujeito do conhecimento.

**Gráfico 19 – Motivos para não produzir alimentos básicos para a família**



## CONCLUSÃO

A relação que muitos agricultores familiares mantinham com a terra, raramente é observada entre os assentados, o que denota que o vínculo perdido durante o período de expropriação dos meios de produção torna-se muito mais difícil de recuperar, do que a terra no aspecto físico.

A expansão da pecuária no Assentamento de Reforma Agraria Chico Mendes impulsionada pela demanda do mercado consumidor tem influência direta no aumento do desmatamento de novas áreas como mostrou a pesquisa para a aumentar o rebanho o que tem dificultado o desenvolvimento de forma sustentável na região.

A implementação de políticas ambientais e sociais nesse setor de importância econômica para o desenvolvimento do Estado de Rondonia, pode proteger uma parte considerável da floresta amazônica remanescente e melhorar as condições de vida da população local, se faz necessário então implementar e articular políticas de desenvolvimento com vistas na conservação ambiental, na perspectiva de gerar produtos de qualidade produzidos através de técnicas de redução dos impactos ambientais além de garantia da segurança alimentar, pois o aumento das áreas com pastagens afetam diretamente a qualidade de vida da população, interferindo diretamente na segurança alimentar destes.

Os desafios mais urgentes no momento, seriam a recuperação e manutenção de áreas de preservação permanentes e reserva legal, exigida por lei e o combate ao uso do fogo, com a introdução de estratégias para melhorar o uso da terra e dos cursos d'água.

Os conjuntos de medidas acima colocadas são necessárias para garantir a qualidade ambiental dentro das propriedades, entretanto incentivos econômicos são fundamentais para a manutenção dessas medidas de manejo.

Ressalta-se ainda que uma política estadual de certificação dos produtos agroecológicos visando a garantia de alimentos saudáveis para o consumo, assim como buscando pagamento diferenciados para esses produtos seria uma forma possível de conciliar qualidade ambiental com desenvolvimento econômico e social.

No tocante a Segurança Alimentar por ser um direito humano é necessário fortalecer os espaços de discussão e principalmente a prática do diálogo, onde essas discussões devem ser entendidas como prioritárias para ser alcançado os resultados esperados, trazendo os atores a protagonizar os processos de desenvolvimento sustentável.

A Segurança Alimentar é um tema transversal e que atravessa diversos contextos, e deve ser discutido tanto nos meios acadêmicos como as ciências sociais, biológicas e físicas, bem como por todos aqueles que são usuários dos direitos humanos.

As ações e políticas públicas, neste sentido, participam da difícil tarefa de associar dinamismo econômico e a promoção de equidade social, sendo essas, fundamentais tanto para empoderamento das comunidades na emancipação e na conquista da sua plena cidadania, a produção mais limpa e as tecnologias limpas são ferramentas essenciais para cumprir com as necessidades ambientais do desenvolvimento sustentável.

Se quisermos uma sociedade sadia, é de fundamental importância que tenhamos consciência que é necessário tomar medidas reparadoras a curto, médio e longo prazo para não faltar comida e água potável no mundo, enfim, é a segurança alimentar que está em jogo, sem alimento não existe saúde.

Uma política de segurança alimentar deve abranger as dimensões de: produção, acesso, consumo; deve estabelecer relações entre alimento e saúde, a utilização biológica do alimento, bem como sua utilização comunitária e familiar.

Nessas dimensões pode-se ter ações emergenciais ou estruturais, essas políticas devem ter como objetivo a inclusão social, buscando romper a dependência da população atendida numa perspectiva emancipatória.

É também de fundamental importância garantir uma política de crédito e de assistência técnica que fomente um desenvolvimento ecológico adaptado a cada bioma e não reproduza a lógica do agronegócio. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido o verdadeiro crédito para esse modelo de produção agrícola.

O acesso aos alimentos pode ser garantido, pela produção para o próprio consumo, tornando-se uma importante atividade para reduzir a dependência que as famílias têm em relação ao mercado, ou seja, diminuir a necessidade de gastar seu dinheiro para a aquisição de alimentos, principalmente nas famílias rurais.

Eradicar a extrema pobreza e a fome é um dos objetivos do milênio, portanto é necessário ainda ações mais ousadas no sentido de proteger os recursos naturais, porque a população rural depende desses recursos como fonte de alimentação e de renda.

Medidas de proteção à natureza e de fomento ao uso sustentável destes recursos são contribuições importantes para o combate à pobreza e da fome no campo e mais ainda é uma contribuição importante para assegurar as opções de desenvolvimento das gerações futuras.

A garantia de que os povos poderão soberanamente, definir as suas próprias políticas de segurança alimentar é condição essencial para um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Com o foco no homem de múltiplas e complexas necessidades, não cabe mais formular e implementar políticas públicas de educação, saúde, ocupação e renda, moradia, infra-estrutura de produção e lazer, cultura, segurança alimentar, manejo ambiental e participação política num movimento de segmentos isolados, isso significa enxergar a realidade de forma fragmentada, quando ela não é, além de desperdiçar oportunidades, talentos e recursos públicos e privados.

Assim, a visão ampliada da sustentabilidade na dimensão do desenvolvimento humano é compreendida como “um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais e coletivas”.

O trabalho de mudar a realidade é grande e complexo, especialmente para romper o clientelismo e o paternalismo que marcam boa parte das relações públicas no meio rural.

Então, saber os porquês dos assentados estarem ou não produzindo para o auto-consumo, uma vez que este tipo de produção garante a necessidade primária e básica do ser humano que é se alimentar; bem como compreender a relação e percepção que os assentados têm quanto à produção de auto-consumo no tocante aos temas abordados neste trabalho, aparece como necessidade de ser mais bem detalhado em outras pesquisas.

Podemos então afirmar que discutir o que leva os Agricultores familiares assentados adotar ou abandonar a produção de alimentos e como consequência disso gerar situações de insegurança alimentar, parece-nos ser assunto de interesse na atualidade e que deverá ser discutido por todos, pelo menos até se conseguir exterminar a fome e a pobreza pelos quais milhões de famílias passam todos os dias.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. São Paulo: Editora da USP, 2003.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.  
 \_\_\_\_\_ . **Pedagogia da Autonomia**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.  
 \_\_\_\_\_ . **Pedagogia do oprimido**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Pensar a Educação: Contribuições de Vygotsky**. In: CASTORINA, José Antonio et al. **Piaget – Vygotsky: Novas contribuições para o debate**. 6ªed., São Paulo: Ática, 2001. Cap. 2, p.51-83.
- OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 4ª ed., São Paulo: Scipione, 1997.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 14ª ed., Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VYGOTSKY, LEONTIEV, LURIA. **Psicologia e Pedagogia II : investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos** – editorial estampa, ed 1991
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. S. Paulo, Martins Fontes, 1993 – documentos obtidos via internet.
- LURIA A.R. **Mente e a Memória: um pequeno livro sobre a vasta memória**, MARTINS Fontes, 2ª ed. 2006

MARX, KARL & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: ed. Moraes, 1994.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa / Portugal: Horizonte universitário, 1978a.

\_\_\_\_\_. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires / Argentina: Ciências del hombre, 1978b.

LURIA, A.R. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MAZZOTTI, J, A & GEWANDSZNADJER, F **O método nas Ciências Naturais e Sociais**, 2ª ed. S. Paulo: Pioneira, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. 7a ed., Porto: Afrontamento: 1995.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**, 5ª ed., São Paulo: Ed. Ática, 1995: 1995.

MUSSOI, E.M. **Necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento e um repensar das Instituições de pesquisa, extensão e ensino, a partir das demandas concretas da sociedade**. Vitória (ES), 1.993 (mimeo)

PELLIZZOLI, Marcelo .L, (2003) **Correntes da Ética Ambiental**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ.

TOLEDO, Victor. (2004). **Ecología, Globalización y sustentabilidad: la construcción de una modernidad alternativa**. *Estudios Económicos y Sociopolíticos*: BANAMEX, Pág. 26-36, México.

**Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Brasília, 2004.

**Relatório Final da III Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2007.

**Relatório do Brasil para a Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** – Brasília: Cima, 1.991.

MANFREDI, C, M ... et al **Ambiente, Desarrollo Sustentable y Calidad de Vida**, Caracas, 1994.

Estado de Rondônia - **Relatório sobre Políticas Públicas para o Setor Agropecuário** – Governo do- Porto Velho, 2008.

EMATER-RO - **Relatório de Gestão do Programa Estadual de Melhoria da Qualidade e Produtividade do Leite** – PROLEITE Porto Velho/RO: EMATER-RO, 2008, 62 p.

EMATER-RO **Relatório de Atividades 2008** – Porto Velho: EMATER-RO, 2008 59 p

EMATER-RO - **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural** – PROATER/2009. Porto Velho: EMATER-RO, 2008 54p.

EMATER-RO – **Relatório de Gestão Social 2008**. Porto Velho: EMATER-RO, 2008 72 p.

**Relatório 2007/2008 do Programa de Desenvolvimento da Onu**; (2) Séries Fome no Mundo, ONU.

INCRA – **Plano de Desenvolvimento Sustentável do projeto de Assentamento Chico Mendes I, II e III**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Apidiá Planejamento Estudos e projetos Ltda., Porto Velho, 2003.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**, Chapecó-SC: Argos, 2005. 338 p.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável** – Brasília: MDA/SAF/DATER-2007.

**Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais/** Martin Coy e Gerd Kohlhepp (coord). – Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha: Geographischen Institutis der Universitat Tubingen, 2005, 332 p

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas; Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis** – Niterói: EDUFF, 1997 436 p.

SCOTTO, Gabriella. **Desenvolvimento sustentável** 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia; processos ecológicos em agricultura sustentável** 3ª ed. – Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2005

GRAZIANO NETO F. **Questão agrária e ecologia. Crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHNEIDER, Sergio **Agricultura familiar e industrialização; pluriatividade e descentralização no Rio Grande do Sul**, 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004

ANVISA. **Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Anvisa investiga alimentos contaminados por agrotóxicos.** Boletim Informativo da Anvisa. Brasília, n.25, p.4-5, novembro de 2002.

MATTEI, L. **Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, n°. 1, jan. - mar. 2007.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** – Brasília, 2008.

**Marco Referencial em Agroecologia/** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

Mato Grosso. Assembléia Legislativa. **Amazônia: das ameaças históricas à ocupação do Cerrado** – Série Desenvolvimento Socioeconômico, v.3 2004.96 p.

MASERA, Omar e Ridaura, Santiago Lopez, **Sustentabilidad y sistemas campesinos.** Ed. Mundi-pensa. México D.F. México, 2000. Pg., 2.

Shanin, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina.** Editorial Anagrama, Barcelona, 1976. Pg.17.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad economica campesina.** Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, 1974. Pg 17.

CASADO, Gloria Guzmán; Molina, Manoel Gonzáles de; e Guzmán, Eduardo Sevilla. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Ed. Mundi-Prensa, Madrid, 2000.

SORJ, B. **Estado e Classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 162 p

WILKINSON, J. **Processos Sociais e formas de produção na agricultura brasileira**. In: **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo, 1983. pg.165-190.

LIMA, A J P... et al **Administração da Unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 176p.

ALENCAR, E., MOURA FILHO, J.A. **Unidade de Produção Agrícola e administração rural. Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v.14, nº. 157, p. 25-29, 1988.

RIBEIRO, Carmelita De Fátima Amaral; Almeida, Oriana; Ribeiro, Suezilde Da Conceição Amaral Ribeiro. **Exportação brasileira de carne bovina: uma análise de comércio exterior**. V Encontro Latino Americano de Pós-graduação da UNIVAP. São José dos Campos. 2005.

NEPSTAD, D.; Verissimo, A.; Alencar, A.; Nobre, C.; Lima, E.; Lefebvre, P.; Schlesinger. P.; Potter, C.; Moutinho, P.; Mendoza, E.; Cochrane, M. E Brooks, V. **"Large-scale Impoverishment of Amazonian Forests by Logging and Fire"**. Nature, n.398, 1999, pp. 505-508.

VIEIRA, M.J. **Comportamento físico do solo em plantio direto**. In: FANCELLI, A.L., Torrado, P.V., Machado, J. Atualização em plantio direto. Campinas Fundação Cargill, 1985. p.163-179.

**Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**/Organizadores: Jorge Roberto Tavares de Lima, Marco Antonio Bezerra Figueiredo. – Recife: Bagaço, 2006 174p.

LACKI, Polan **Desenvolvimento Agropecuário: Da Dependência ao protagonismo do Agricultor** – PNUD – Brasília-DF, 1996.

MEDINA, Nana Mininni. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BERNA, Vilmar **Como fazer Educação Ambiental** – S. Paulo: Paulus, 2001.

[www.ibge.gov.br/home/pnad2004/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/pnad2004/default.shtm) - acessado em 04.08.09.

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) - acessado em 04/08/09.

[www.pronaf.gov.br/dater/](http://www.pronaf.gov.br/dater/) - acessado em 27/08/09.

[www.mda.gov.br/saf/](http://www.mda.gov.br/saf/) - acessado em 09/09/09.

[www.fomezero.gov.br/.../plano-safra-2009-2010](http://www.fomezero.gov.br/.../plano-safra-2009-2010) - acessado em 14/09/09.

[http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/Preprints/1990/YURI-2-Por .htm](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Preprints/1990/YURI-2-Por.htm) - acessado em 14/09/09 ver : Reconsideração do Cultivo Contínuo na Amazônia.

## ANEXO

## ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

**Questionário Para Recolhimento de Dados Sobre A Pesquisa Para Identificar se expansão da monocultura interfere na segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares no Assentamento Chico Mendes?**

|                           |                    |
|---------------------------|--------------------|
| NOME:                     |                    |
| IDADE:                    | GRAU ESCOLARIDADE: |
| ENDEREÇO:                 |                    |
| Nº. PESSOAS POR FAMÍLIA:  |                    |
| TAMANHO DA PROPRIEDADE:   |                    |
| TAMANHO DO REBANHO:       |                    |
| AREA DE PASTAGEM:         |                    |
| AREA COM OUTRAS CULTURAS: |                    |
| ÁREA DE RESERVA LEGAL:    |                    |

**1 – Você produz todos os alimentos necessários para a manutenção da sua família em sua propriedade?**

Produzo o suficiente para minha família e ainda vendo o que sobra ( )

O que produzimos não é suficiente para manutenção da minha família ( )

Compro a maioria dos produtos para a alimentação da família em mercados ( )

**2 - Quais são as formas de cultivos utilizados pelos Agricultores familiares no Assentamento de Reforma agrária?**

Convencional ( )                      Orgânica ( )                      Transição agroecológica ( )

**3 – Quais são os alimentos básicos produzidos pela família?**

| <b>Produto</b>  | <b>Consumo</b> | <b>Venda</b> |
|---|----------------|--------------|
| Milho   |                |              |
| Hortaliças  |                |              |
| Frutas  |                |              |
| Feijão  |                |              |
| Arroz   |                |              |
| Mandioca  |                |              |
| Café  |                |              |
| Frutas Regionais  |                |              |
| Pequenos Animais:<br>- Suínos<br>- Aves Corte<br>- Aves Postura<br>- Ovinos<br>- Caprinos |                |              |
| Peixe   |                |              |
| Mel   |                |              |
| Outros  |                |              |

**4 - Você tem acesso ao crédito para custeio das atividades na propriedade?**

( ) sim Não ( )

**5 – Qual (is) a (s) Tecnologias utilizadas?**

- ( ) Mecanização  
 ( ) Ordenha mecânica  
 ( ) Inseminação artificial  
 ( ) Irrigação  
 ( ) Outras:

**9 - O que a renda da propriedade permite garantir? (alimentos, remédio...)**

- ( ) Alimentação  
 ( ) Educação  
 ( ) Saúde – remédios, exames  
 ( ) Lazer – viagens  
 ( ) Transporte – aquisição de veículos, motos  
 ( ) Outras:

**10 – Já deixou de produzir alimentos para aumentar a pastagem?**

Sim ( ) Não ( )

**11– Quais são os alimentos consumidos pela família?**



